



MUNICÍPIO DE AVEIRO Assembleia Municipal

ACTA N.º 8

Sessão Ordinária Abril

1.ª Reunião de 17/04/2014

Aos dezassete dias do mês de Abril do ano dois mil e catorze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, António do Pranto Nogueira Leite (chegou mais tarde), secretariado pela Primeira Secretária Maria José Teixeira de Morais Afonso França, e pelo Segundo Secretário, Jorge Carvalho Arroiteia, e com a presença dos Vogais, Henrique Manuel Morais Diz, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Mónica Filipa Cristóvão Gomes, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, Daniela Marisa Pereira de Magalhães, David Paiva Martins, Casimiro Simões Calafate, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Maria Leonor Nunes dos Reis, Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, Paulo Alexandre Florentino Marques, Ricardo Jorge Trindade Sabino, Antero Marques dos Santos, Anabela de Almeida Saraiva, Nuno Manuel Marques Pereira, Ana Maria Pinho Seiça Neves Ferreira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro, Maria Cristina Regales de Jesus Pires, João Alberto Simões Barbosa, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, António dos Santos Costa, Jorge Manuel do Nascimento, Aida Isabel Pereira Tavares, Júlio Vasconcelos de Oliveira, Ivar Jorge Alves Corceiro, e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra.⁰⁰¹

Pelas 20:45 horas, o Presidente da Mesa em exercício, declarou aberta a reunião.

Nesta reunião não houve vogais a faltarem.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel de Almeida Campino, e os Vereadores, Carla Raquel Castro da Rocha Madureira, Luís Miguel Capão Filipe, Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, António Manuel Soares Nogueira de Lemos, e Paula Cristina Dias Urbano Antunes.

Não estiveram presentes os Vereadores: Jorge Manuel Mengo Ratola e Rita Alexandra Verdade da Encarnação.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa em exercício, deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Victor Manuel da Silva Martins, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Carlos Manuel Silva Santos, e Maria da Luz Nolasco Cardoso, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Maria Leonor Nunes dos Reis, Anabela de Almeida Saraiva, António dos Santos Costa, e Aida Isabel Pereira Tavares.⁰⁰²

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa em exercício, informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, João Carlos Rodrigues Morgado, e Henrique da Rocha Vieira, se fizeram substituir nesta reunião por Manuel Vieira dos Santos, e Júlio Vasconcelos de Oliveira, respetivamente.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, e António Manuel Cruzeiro Natal Garcia, pediram escusa.

Foram efetuados o reconhecimento de poderes.

(Nos termos regimentais, todas as intervenções têm como suporte gravação áudio.)

A seguir o Presidente da Mesa leu a “*Ordem do Dia*” para esta Sessão Ordinária de Abril, cujos pontos se transcrevem:

- Ponto 1. — Informação do Presidente sobre a Atividade Municipal de 22FEV14 a 11ABR14;**
- Ponto 2. — Apreciação do 10º Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro;**
- Ponto 3. — Apreciação e votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva Avaliação de 2013 da Câmara Municipal de Aveiro, e Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2013 dos Serviços Municipalizados de Aveiro;**
- Ponto 4. — Apreciação dos Relatórios de Gestão e da Prestação de Contas 2013 da MoveAveiro, TEMA, TA, Aveiro Expo, EMA e PDA;**
- Ponto 5. — Apreciação do Relatório de Auditoria Interna;**
- Ponto 6. — Apreciação e votação da proposta de extinção dos Serviços Municipalizados de Aveiro;**
- Ponto 7. — Apreciação e votação da 1ª Revisão das GOP e Orçamento CMA 2014;**
- Ponto 8. — Apreciação e votação do Regulamento Urbanístico do Município de Aveiro (RUMA);**
- Ponto 9. — Apreciação e votação do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas (RMTOR);**
- Ponto 10. — Apreciação e votação do Regulamento de Gestão da Mobilidade;**
- Ponto 11. — Apreciação e votação do Regulamento de Publicidade, Ocupação do Espaço Público e dos Horários de Funcionamento do Município de Aveiro;**
- Ponto 12. — Apreciação e votação do Regulamento de Feiras, Venda Ambulante, Mercados e Atividades Diversas;**
- Ponto 13. — Apreciação e votação do Regulamento de Obras e Trabalhos na Via Pública;**
- Ponto 14. — Apreciação e votação do Regulamento de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública;**
- Ponto 15. — Apreciação do Relatório de Síntese da Assembleia Municipal e de Gestão do Edifício Sede da Assembleia;**
- Ponto 16. — Apreciação e votação da Moção – Em defesa do Centro Hospitalar do Baixo-Vouga;**
- Ponto 17. — Apreciação e votação da Moção – Em defesa do SNS, em defesa do Hospital de Aveiro.**

Continuando, o Presidente da Mesa em exercício, informou que ia colocar à votação do plenário as actas das reuniões⁰⁰⁴ da sessão anterior, em tempo distribuídas a todos os membros da Assembleia:

Acta n.º 06 – Sessão Ordinária Fevereiro: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e quatro votos a favor, duas abstenções, zero votos contra.

Acta n.º 07 – Sessão Ordinária Fevereiro: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta três votos a favor, três abstenções, zero votos contra.

Continuando, a Presidente da Mesa em exercício, colocou à votação do plenário um *voto de pesar*⁰⁰⁵ pelo falecimento do Senhor Manuel Rodrigues Simões, antigo autarca como presidente da extinta junta de freguesia de Eirol, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)⁰⁰⁶

Vogal Marques Pereira (PS)⁰⁰⁷

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰⁰⁸

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰⁰⁹

Vogal Ivar Corceiro (BE)⁰¹⁰

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Os grupos municipais indicaram, nos termos regimentais, quais os vogais que iam intervir neste ponto regimental:

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP):⁰¹²

“Excelentíssima Senhora Presidente, excelentíssimos Senhores Deputados, demais presentes. Entre Abril de 2011 e Abril de 2014, portanto passam três anos, sobre a assinatura do pacto de agressão, estando os seus resultados à vista. É indissociável o rasto da destruição económica e social. O país confronta-se com a mais longa recessão económica da sua história contemporânea e ao mesmo tempo nestes três anos do pacto de agressão, as vinte cinco maiores fortunas aumentaram o seu pecúlio em dezasseis por cento e em que o número de novos milionários cresceu mais de dez por cento.

O caminho que percorremos é dissociável da continuada e crescente submissão do país aos ditames, às políticas e orientações da União Europeia. Um caminho insociável de opção de abdicação nacional de grave comprometimento da soberania independências nacionais, uma opção assumida pelo PS, PSD e CDS ao longo das três últimas décadas.

Apesar de todas as manobras de diversão, através das quais os partidos da governação PS, PSD e CDS procuram esconder a sua convergência em todas as questões estruturantes da União Europeia e as suas próprias responsabilidades, perante o actual estado do país, nunca como hoje foi tão evidente a relação entre os principais problemas nacionais e os constrangimentos impostos pela União Europeia pelo

processo de integração capitalista europeu. Um processo que sempre o PCP afirmou ser (e que a vida comprovou intrinsecamente) injusto e desigual, um processo penoso desde a adesão aos Tratados de Maastricht, Nice, Lisboa, ao pacto de estabilidade entre outros. Tudo isto é inseparável como muitos compreenderão do mercado único, das políticas comuns da agricultura, das pescas e outras da união económica e monetária e da adesão e permanência na moeda única, com a desregulação e liberalização do comércio internacional.

Chegados aqui, mais de uma década depois, há um balanço imprescindível a fazer. Um confronto entre as promessas dos que fizeram do Euro um grande desígnio nacional e a nua e crua realidade.

Quem não se lembra do “pelotão da frente”, então como hoje, era a necessidade de défice e da dívida em nome do euro. Era este o caminho que justificava as privatizações das grandes empresas estratégicas nacionais: - GALP, PT, EDP, CIMPOR, entre tantas outras. Os cortes nas funções Sociais do Estado, na Saúde, na Educação, nos Transportes ou ainda na chamada “moderação salarial”. Em troca prometiam que teríamos a convergência real das economias, a coesão económica e solidariedade. Taxas de crescimento na ordem dos 6% ao ano, menos desemprego, melhores salários. Tudo isto a realidade presente contundentemente desmente.

Como é costume em vésperas eleitorais está em curso uma ampla campanha de ilusão e mistificação sobre a realidade nacional. Acena o Governo com uma retoma, acena o Governo com o aumento do salário mínimo, acena o Governo com a descida do desemprego. Esconde o Governo as manipulações estatísticas e os números martelados, esconde o Governo que à boleia do aumento do salário mínimo pretende cortar noutros direitos laborais, esconde o Governo os drásticos números da emigração e mal disfarça o Governo a sua intenção de transformar em definitivo os “roubos” que se anunciaram provisórios.

A política de direita nacional, PS, PSD e CDS é uma política de classe, de traição nacional, de agressão aos trabalhadores e ao povo, em benefício dos grandes grupos económicos, da banca, seguindo à risca o eixo axiológico das políticas europeias. Contrariamente aos nossos adversários, muitos gostariam de se refugiar em questões europeias desligadas da realidade. A candidatura da CDU afirma-se como uma candidatura patriótica e de esquerda, que defende o Parlamento Europeu, a nossa produção, a nossa agricultura e pescas, os serviços públicos e a proteção social.

O PCP expressa uma posição de fundo sobre a União Europeia, segundo a qual o PCP expõe ou opõe-se ao processo de integração capitalista europeu e luta para romper com tal processo, defendendo o direito soberano inalienável de Portugal e dos Portugueses de definirem o seu próprio caminho de desenvolvimento.

Para nós a rutura que se impõe não será um acto súbito, mas um processo de luta diária, que poderá sofrer um importante impulso nas próximas eleições com o reforço da CDU.”

Vogal Ivar Corceiro BE)⁰¹³

“O BE aproveita o PAOD também para saudar os 40 anos de Abril, afirmando que a revolução de Abril não terminou em 1974, pelo contrário impõe-se atualmente a continuação e cada vez mais da luta pela liberdade deste povo.

O que foi o fim de uma ditadura do fascismo, o fim da censura e o fim da miséria, pela qual se matou, prendeu e torturou, deu lugar atualmente a uma outra espécie de ditadura diferente, mas também marcante — a dos mercados, do capitalismo selvagem, a da Banca e do financeiro global. Uma ditadura na qual está toda a direita económica e que também leva pessoas à fome, à miséria e ao desespero.

Em nome da economia, cujas regras nem sequer são naturais, as pessoas sofrem. Por isso mesmo em nome da bancada do BE a luta de Abril continua.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA):⁰¹⁴

“Muito obrigada Senhora Presidente. Decorreram já vários meses da actividade desta câmara e questões importantes para os aveirenses continuam por resolver, sobre a indicação que vão ser resolvidas, referências vagas aos vários temas, a uma solução que dê importância. E as questões são concretamente estas que eu queria pôr aqui à consideração da Câmara e especialmente do seu Presidente. Uma delas é a ligação das Agradas à A25. Foram feitas já pelo Senhor Presidente várias considerações, que nós sabemos através dos jornais, mas ao que se vê isso é só populismo. O anterior executivo traçou, compôs, fez a ligação, agora por uma questão burocrática esta Câmara pelos vistos está com dificuldades em ultrapassar.

Segunda questão é a da rotunda do Botafogo. Também foi uma obra preparada pelo anterior executivo, houve as expropriações, o Senhor Presidente disse que não havia projeto! Já foi referido que houve até mais do que um projeto, falta apenas se fazer um contrato de adjudicação. Aquilo que era mais difícil foi conseguido o que é mais fácil, parece não ser!?

Terceira questão prende-se com a recorrente rua do Crasto. A estrada do Crasto, ligação da Universidade a Ílhavo, que os moradores muito significativamente já dizem que é a picada do Crasto. Exibem por lá tampões de rodas a perguntar “veja se é o seu”? Eu considero que é difícil andar ali até de bicicleta, quer dizer que é o meu transporte preferido para ir ao Crasto ou a distâncias menores, mas tenho receio de passar por ali sobretudo à noite. E até tenho receio de ir a pé com medo de fazer alguma entorse e depois não ter tratamento neste Hospital no futuro.

Portanto estou com uma expectativa de negatividade. Passo ao que se tem passado e vou desviar-me seguramente do Crasto, porque tenho receio de fazer a tal entorse e depois não ter tratamento no nosso Hospital.

Por último, queria também pôr à consideração do Senhor Presidente, que há vários municípios, muitos, muitos municípios, que se queixam que fazem instâncias à Câmara, inclusive pedidos de serem recebidos com o Senhor Presidente para tratarem dos seus assuntos, problemas que os aflige, não estavam habituados a este estilo, mas o Senhor Presidente não os recebe e nem lhes responde!?! Querida saber se há alguma razão válida para este tipo de atitude ou se pura e simplesmente é um estilo próprio, respeitável, mas que nós temos que conviver com ele se for o caso. Muito obrigado.”

Vogal Marques Pereira (PS):⁰¹⁵

“Senhor Presidente, Senhora Presidente neste caso em exercício, Senhor Presidente da Câmara. Senhores Vereadores, Senhores Deputados, a minha intervenção enfim, devo dizer que já se iniciou naquele prelúdio dos trabalhos da nossa Assembleia, porque ela tinha, dizia respeito à discussão que é necessário que esta Assembleia Municipal tenha com profundidade em relação ao Centro Hospitalar do Baixo Vouga.

E como há pouco referi, em face das notícias que vêm saindo umas atrás das outras, com uma dinâmica muito grande, até para o interlocutor mais atento as poder acompanhar imporia em face da questão fundamental que estamos aqui a tratar, que esta Assembleia Municipal se pudesse pronunciar exclusivamente sobre essa matéria e pudesse e queria sublinhar este ponto e esclarecê-lo e no fundo esclarecer a Assembleia de qual é a intenção do PS, enfim, nesta proposta ampla e aberta a todas as forças políticas que independentemente dos posicionamentos políticos e partidários que cada força política aqui representada tenha (e elas estão espelhadas precisamente em

algumas propostas que estão agendadas para esta sessão ordinária), se pudesse consertar uma posição que pudesse ser traduzida numa Moção, numa tomada de posição, enfim no que se entendesse chamar-lhe, para que a Assembleia Municipal de Aveiro a uma só voz pudesse tomar uma posição conjunta sobre esta importante matéria.

Parece-nos que há maturidade política suficiente das forças políticas que tem assento nesta Assembleia para que se possa desenvolver este trabalho de harmonia entre todos. Esta Assembleia Municipal tem tradição em trabalhar em conjunto em matérias ponderosas para o município e aqui também para a região.

A Mesa, pelo Senhor Presidente da Assembleia, referiu que quando fosse necessário os líderes das bancadas se poderiam reunir para consertar posições e julgo que estamos em face de um assunto que merece essa ponderação pela importância que é reconhecida por todos. E portanto eu anteciparia já aqui aquilo que vou fazer no final do Período de Antes da Ordem do Dia, que é ao abrigo do Regimento pedir cinco minutos de intervalo nos trabalhos da Assembleia para que, enfim, os líderes das bancadas se pudessem reunir e conversar sobre esta matéria, porque já aqui alguns contactos informais no sentido de se poder convocar a dita reunião, sem prejuízo naturalmente das relevantes informações que o Senhor Presidente da Câmara aqui trará como foi já aqui esclarecido pelo Senhor Dr. Henrique Diz.

Esta é uma matéria como dizia de grande relevância que nós não queríamos deixar passar em claro.

Um outro assunto que gostaria de aqui abordar, não menos importante e o Senhor Presidente da Câmara perdoar-me-á porque será a segunda vez no espaço de três dias que me ouvirá falar sobre esta matéria, mas reconhecerá a importância que ela seja tratada também no âmbito local — diz respeito ao eixo Aveiro/Águeda.

E serei telegráfico em relação a esta questão. O documento sobre as infraestruturas de alto valor acrescentado, encomendado pelo Governo na sua última versão (em princípio final), parece que ainda não é certo que assim seja, não contempla a construção do eixo Aveiro/Águeda!? Este eixo é de grande relevância municipal e regional. É reconhecido não só por políticos, como por empresários, como também pelos cidadãos em geral e é com grande preocupação que o PS vê a ausência da inscrição deste eixo neste dito documento que foi encomendado pelo Governo.

Bem sabemos que as forças políticas regionais reconhecem a sua importância. Há um esforço que foi já comunicado publicamente por parte da Comunidade Intermunicipal, e o Senhor Presidente da Câmara seguramente falará sobre esta matéria em fazer-se um esforço para que este projeto seja não só contemplado, como articuladamente com um plano municipal de mobilidade que há anos que em Aveiro é reclamado. E saber naturalmente em que ponto é o estado da arte. E aqui eu não repito o que o Senhor Presidente da Câmara disse, porque ele próprio fará o favor de o fazer e, portanto, eu não serei porta-voz do presente e, portanto, importará percebermos qual o ponto da situação.

Mas também temos que lembrar que na campanha eleitoral e o compromisso está escrito no compromisso eleitoral da coligação, que o eixo Aveiro/Águeda era para ser construído, é para ser construído. E também vemos com preocupação que haverá grandes dificuldades com uma obra desta envergadura uma vez que a rodovia não terá as áreas que especialmente serão contempladas por este tipo de financiamentos. Portanto as notícias não são boas, preocupam-nos!

Há um ponto que também já referi aqui em outras Assembleias Municipais, não só deste mandato, como dá construída os investimentos complementares, onde se inclui

este eixo, mas que nunca vieram para o terreno, com especial prejuízo de percebermos do que estamos a falar.

Por último, que não em último, perdoe-me Senhor Presidente da Câmara, mas queríamos lembrar porque foi uma das razões pelas quais o PS alicerçou o voto contra, contra a Estrutura Orgânica que vossa excelência aqui apresentou a esta câmara e que foi aprovado com os votos contra do PS, que tinha a ver com a ausência de informação de os reflexos financeiros na alteração da estrutura? Vossa excelência comunicou à Assembleia que faria chegar um documento justificativo dessa alteração, esse documento não foi ainda distribuído (seguramente por lapso) e seguramente que virá ainda em tempo. Gostaríamos só de deixar esta nota ao Senhor Presidente da Câmara para que tivesse este posicionamento em consideração. E para já é tudo. Muito obrigado.”

Vogal Santos Costa (JPA):⁰¹⁶

Vogal João Barbosa (PS):⁰¹⁷

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD):⁰¹⁸

“Em nome das bancadas do PSD e do CDS, reafirmar que as questões relativas ao Centro Hospitalar do Baixo Vouga são questões que estão alto nas nossas preocupações.

Eu diria que, neste momento, são das questões prioritárias que nós temos. Por ser inaceitável que a Saúde de cerca de meio milhão de pessoas seja tratado da forma como é tratada neste momento.

Por esse motivo, as bancadas do PSD e do CDS estão disponíveis para discutir com as outras bancadas a alteração da Moção que apresentaram, de forma a que se possa encontrar nesta câmara o consenso que poderá trazer mais força na luta política que temos que desenvolver a favor do Centro Hospitalar do Baixo Vouga.

O assunto está agendado. Temos uma semana porque não é crível que cheguemos hoje ao ponto que trata esse assunto. Temos uma semana durante a qual eu ou os outros elementos da bancada do PSD e do CDS estamos inteiramente à disposição dos nossos colegas das outras bancadas para nos encontrarmos e discutirmos as alterações que consensualmente entendermos serem necessárias, para que a Assembleia Municipal de Aveiro possa dar saber a quem de direito e também podemos discutir quem é esse quem de direito. A quem de direito, a posição de defesa, a posição que nós temos em defesa da Saúde dos aveirenses. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁹

“Muito obrigada Senhora Presidente, muito obrigada a todos. Apenas duas questões se me suscitam neste Período de Antes da Ordem do Dia, sabendo que as outras obviamente tratarei delas no Ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos. Dando nota do seguinte: o Centro Hospitalar do Baixo Vouga, vivemos uma fase importante, embora isto não acabe por aqui e tenhamos consciência que temos muito pela frente para fazer e para lutar.

O próprio compromisso assumido ontem pelo Senhor Ministro da Saúde é um compromisso que tem um prazo de um mês — e há muitas diligências e muito importantes, que temos para fazer e posições políticas enfim, fortes, são úteis nesse trabalho. Mas é muito bom também que as coloquemos no tempo. Que as coloquemos no tempo. Estes trinta dias têm uma importância capital e é muito importante que ao longo dos trinta dias aconteçam coisas que contribuam positivamente para aquilo que estamos a fazer.

E portanto se esta minha declaração poder ser útil, além do mais disponibilizar-me, não tanto como Presidente da Câmara de Aveiro. É bom que tenhamos consciência que não estamos a falar do hospital do município de Aveiro, estamos a falar do Hospital da Região de Aveiro e, portanto às vezes também é preciso cuidado nalgumas posições quando as municipalizamos muito prejudicamos as dimensões de natureza regional e o nosso Hospital nesta luta não tem só problemas com o Governo, tem problemas dentro de nós. Porque há algumas pretensões dos pólos do Centro Hospitalar, nomeadamente os dois pólos de Águeda e de Estarreja, que têm alguns pontos de conflito com outro pólo que é Aveiro! E portanto é uma matéria que não tem só a frente de interação com a entidade principal, Governo, Ministério da Saúde, ARS, Conselho de Administração do Centro Hospitalar. Tem questões dentro de nós próprios de consolidação de um modelo com o qual concordámos. Nunca ouvi em Presidentes de Câmara, nomeadamente neste mandato e no anterior, notas de discordância sobre este modelo do Centro Hospitalar! Já passou por dois Governos além do mais, mas temos várias coisas dentro da nossa casa por resolver e, portanto, não podemos esquecer essa matéria e as abordagens muito municipais não contribuem para a solução final deste problema. Sabendo que a nossa questão principal não é exatamente dentro do nosso Centro Hospitalar. Aí as principais têm a ver com a qualidade e com a quantidade de serviços. A questão tem a ver com as relações de competências e de importâncias (deixem-me usar esta palavra) com os centros hospitalares à nossa volta. Muito nomeadamente aquele que está no Porto e aquele que está em Coimbra.

E portanto deixar-vos claro que obviamente que o Presidente da Câmara de Aveiro nunca esquecendo que sou o Presidente da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, estou inteiramente ao dispor da Assembleia Municipal, nessa reunião com os líderes de bancada, também para dar contributo e dar informação de maior pormenor. A informação que pode ser tornada pública, está escrita, nomeadamente no comunicado que foi emitido hoje à tarde que sumariza a reunião com o Senhor Ministro, incluindo as posições do Senhor Ministro com a autorização dele. Portanto não é um comunicado unilateral em que eu assino um documento que fala daquilo que são as posições do Senhor Ministro, não. Fi-lo com a devida autorização como não podia deixar de ser porque estou a falar de uma outra pessoa e de um Ministro como é evidente.

E portanto chamar a atenção para a leitura atenta do comunicado de hoje, além enfim e obviamente esse julgo que já é mais conhecido por toda a gente, o comunicado da Comunidade Intermunicipal de segunda-feira, que depois foi subscrito na terça-feira como o Dr. Marques Pereira referenciou, pela Assembleia Intermunicipal na sua reunião de terça-feira.

Portanto é muito útil aprofundarmos esta matéria. É muito útil que haja posições daqui a uma semana, duas semanas, três semanas. Espero que as posições daqui a quatro ou a cinco sejam boas, de nos congratularmos com o resultado final e não sejam de elevação da quota de protesto se as coisas correrem mal, porque obviamente apostamos no primeiro cenário, mas não podemos pôr lá o segundo cenário. É da vida e da natureza das coisas como é evidente. Mas chamo atenção disto: não é preciso ter pressa. É preciso olhar para o cronograma. Aliás, vivemos um momento chocante no nosso Hospital. Aquilo que são as perdas de vida sempre nos preocupam, mas aquilo que é a perda de vida de um profissional a trabalhar de um homem novo com 52 anos, demitido oito dias antes das suas funções de Direção, é particularmente chocante!?

E é preciso também vivermos o choque e sabermos, não nos colocaram num momento arrepiantemente chocante porque aquilo que passou mais para a Comunicação Social é a verdade fria e horrível de um profissional novo morrer no trabalho. Há uma outra

parte que não passou bem, de não tomarmos posições com ondas tão negativas, muitos actos médicos cancelados no nosso hospital por causa deste momento particularmente dramático que vive e ainda por cima tratava-se de um homem bom e de um homem querido pelos seus colegas e, portanto, é bom que nós também tenhamos cuidado na colocação dentro de ambientes tão horríveis, tão arrepiantes, como o ambiente que estamos neste momento a viver no nosso Centro Hospitalar.

Segunda questão, a questão do eixo Aveiro/Águeda que o Dr. Marques Pereira colocou. Para sumariar também, aliás como ele sumariou. Não é relevante que o relatório do IEVA tenha o Aveiro/Águeda. É porque há muitos Aveiros/Águedas que não estão no relatório. Não é na triz de critérios que o IEVA definiu. De facto não cabe lá o Aveiro/Águeda. Não cabe mesmo e portanto não é drama nenhum, não passa nada. Está correto na modelação de objetivos e de critérios que foi definido de base para fazer o relatório do IEVA, não é nada relevante.

O que há de relevante é por um lado o histórico, como eu já testemunhei no meu ponto de observação de autarca executivo, este é o sétimo Governo que não honrou o compromisso de fazer o Aveiro/Águeda, já vamos em sete!? Incluindo na contagem o actual Governo. E obviamente que não vamos dizer aí que todos os Governos mentiram, são tudo uma cambada porque prometeram todos e ninguém fez. Eu não alinho nesse tipo de abordagem. Lamentamos politicamente, protestamos, criticamos, mas há um conjunto de argumentos ao longo desse processo inacreditável, nomeadamente a última solução para o problema que era investir cem milhões de euros em 22 quilómetros de estrada, que obviamente houve alguém que teve um bocadinho de juízo para dizer que era inimaginável gastar cem milhões de euros a fazer 22 quilómetros de estrada.

E como nós, autarcas da nossa região, entendemos que já chega de estar à espera que os Governos façam, assumimos e isso é público desde Julho de 2013, que o Aveiro/Águeda é uma operação prioritária, não para o país, mas para a Região de Aveiro.

E portanto, isso está no Quadro Comum de Investimentos da Região de Aveiro, que teve apresentação pública em Julho do ano passado. Isso está na última versão que ainda não é pública, sê-lo-á dentro de pouco tempo, desse mesmo documento, que foi entregue formalmente no dia 31 de Março e também está numa versão preliminar que é pública e numa definitiva que também o vai ser nas próximas semanas do chamado Plano Intermunicipal da Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro. Assumido como eixo absolutamente prioritário para a região de Aveiro.

E aplicámos este critério em três objetivos. Eixo Aveiro/Águeda rodoviário, e ferroviário, naquilo que respeita a modernização da ferrovia, Baixo Vouga lagunar e Ria de Aveiro, porquê? Precisamente porque entendemos que não vale a pena continuarmos a esperar por mais sete Governos para resolver aquilo que os sete que já lá vão não resolveram. Prometendo-nos, todos eles o prometeram! E então à luz das regras novas do Quadro de Fundos Comunitários 2014/2020, decidimos usar os novos instrumentos que este Quadro vai ter, nomeadamente as iniciativas territoriais integradas, para dizer estes são os nossos objetivos prioritários. Aquilo que será o nosso contrato de utilização de Fundos Comunitários vai querer fazer estes objetivos prioritários.

Pronto não vamos fazer mais nada e temos muito mais coisas para fazer, mas estes são absolutamente prioritários, não para o município a ou para o município b, mas para os onze municípios da região de Aveiro.

Mais. Já apresentámos ao Governo a nossa primeira versão da ITI como abreviamos o nome Iniciativa Territorial Integrada, já foi apresentada ao Senhor Secretário de Estado a primeira versão, e lá está, bem clara, a nossa prioridade.

Hoje qual é o arrepió que temos? E é público, o Dr. Marques Pereira também o referenciou: é se vamos ou não vamos ter a possibilidade de usar Fundos Comunitários para fazer estradas.

Primeiro, um porta-voz de um comissário europeu e há dias um comissário europeu vieram dizer que nem pensar. Não vai haver um euro de Fundos Comunitários para estradas, nem para Portugal, nem para nenhum dos 28 estados membros da União. Como diria o outro: eu penso que não vai ser assim. O nosso Governo está a negociar com empenho para que assim não seja, mas temos que jogar o jogo.

E nessa lógica de jogar o jogo já acertámos com os nossos empresários reunidos no conselho empresarial da Região de Aveiro que este objetivo vamos trabalhá-lo digamos à moda antiga, enquanto tiver sentido trabalharmos à moda antiga, naquilo que respeita à qualificação do território. Portanto fazer uma estrada, porque ela qualifica o território, mas à moda moderna de fazer uma estrada porque ela contribui para a competitividade desse território e muito especificamente das empresas e muito especialmente das empresas industriais que esse território tem. E isto porquê? Porque se de facto se fechar completamente a porta tradicional, nós vamos lutar pela porta moderna, justificando comprovadamente e com exercícios técnicos liderados não pelos autarcas, mas pelos nossos parceiros empresários, para demonstrar que os seis pequenos troços de estrada que precisamos de fazer na nossa região, têm grande importância para os custos de contexto das operações de logística das nossas empresas, muito especialmente industriais, dos quais o principal dos seis é o Aveiro/Águeda. Com um pequeno problema em relação aos outros cinco, é de longe o mais comprido, ferindo a regra do last mile. A última invenção europeia do last mile, em que equaciona uma exceção para fazer estradas, desde que sejam estradas last mile. Quer dizer sejam troços finais das redes existentes, que não podem ter mais do que 10 quilómetros, um conjunto de pressupostos que para o caso não dá para tudo. Mesmo que nós tenhamos um last mile para Águeda e um last mile para Aveiro, não conseguimos resolver o problema pelo last mile. Mas não é pelo last mile que nós queremos ir. É pela demonstração objetiva (e já estamos a fazer trabalho) de que esta não é mais uma estrada como muitas outras que precisamos. Não está tudo feito, esta é uma infraestrutura de importância capital para os custos de contexto e para a questão logística das nossas empresas, nomeadamente as nossas empresas de base industrial. Este é o exercício que estamos a jogar, para não continuarmos a fazer à moda antiga, que é reivindicar aos Governos que os Governos façam. Porque se jogássemos esse jogo vos garanto que os próximos sete Governos não iam fazer o Aveiro/Águeda, como os últimos sete não fizeram.

E portanto é uma opção clara. Perspetivamos o valor neste momento referencial de investimento vai até aos trinta milhões de euros, porque obviamente não é preciso uma autoestrada com plataformas que chegam a ter cinco vias, com ramais de acessos cheios de luxos, não é preciso nada disso! Não é preciso nada disso!

Do estudo que está feito aproveita-se o traçado de implementação que basicamente estamos de acordo, que é o traçado de implementação correto, mas não é preciso uma autoestrada, para cumprir a função que precisamos de cumprir na relação deste eixo, que como também sabemos, temos é que trabalhar bem esse argumento. Tem também uma importância urbana grande dados os problemas que temos, nomeadamente no nosso troço urbano entre o centro da nossa cidade e a entrada no município de Águeda, na nobre terra de Travassô.

Portanto é este o exercício que estamos a fazer. É esta a nossa estratégia e se formos mais além, como o Dr. Marques Pereira foi, mais frustrações vamos ter. Nomeadamente como o compromisso do Aveiro/Águeda que íamos receber pela Unidade de Tratamento Mecânico Biológico, etc. Portanto não vale a pena irmos mais por ai porque apenas vamos contar mais frustrações e mais compromissos incumpridos.

Portanto, o que vale, já que vamos ter esse instrumento (e espero que não haja acidentes, porque obviamente ainda não está fechada a operação), estamos ainda na fase de negociação de Portugal com a União Europeia. Essa é a nossa oportunidade de nós dizermos o que é que queremos fazer, com projeto de dimensão claramente intermunicipal, para de uma vez por todas não estarmos a reivindicar de ninguém. Ficar na nossa mão, todos os instrumentos para fazermos e apenas agradecermos ao Governo a assinar connosco o contrato para a iniciativa territorial integrada, porque obviamente exige um contrato que nos vai disponibilizar Fundo de Coesão, FEDER, Fundo Social Europeu porque há uma componente dessa operação que precisa do Fundo Social Europeu, e FEADER porque há também uma componente dessa operação ligada ao Baixo Vouga Lagunar que precisa dos fundos da agricultura.

Portanto é esta operação que estamos a montar. Temos certeza que vamos ter sucesso? Não temos. Temos a convicção de que este é um bom caminho que nos pode levar ao sucesso? Temos. Temos a certeza absoluta que o caminho que seguimos até aqui não vai dar nada? Absoluta! Absoluta.

E portanto é este o exercício que estamos a trabalhar, todos juntos. Isto é uma matéria que tem tido a completa unanimidade dos onze municípios envolvidos nesta operação. Há muito jogo para jogar. Obviamente, sabemos todos que há muito jogo para jogar daqui para a frente, mas estamos também no tempo capital, este ano de 2014 é o tempo capital, para conseguirmos ter este instrumento e passarmos à execução física de tão importantes objetivos.”

(Entretanto deu entrada na sala o Presidente da Mesa da Assembleia, António Pranto Nogueira Leite, assumindo de imediato as funções.)

Presidente da Mesa:⁰²⁰

“Segundo fui informado — primeiro de tudo muito boa-noite. Há uma proposta relativamente à possibilidade de convocação de uma Assembleia Extraordinária! Eu julgo que a Mesa vai ponderar. No entanto queria desde já referir duas coisas: primeiro que entendo sem prejuízo de posterior reconsideração que essa pretensão está prejudicada pelo facto de estarem a pedir à Mesa para convocar uma Assembleia Extraordinária para tratar de temas que estão na ordem de trabalhos da Assembleia Ordinária — o que é obviamente um anacronismo.

Por outro lado, devo dizer e espero que não me levem a mal, que ambas as propostas que li com cuidado que estão neste momento para tratar nos Pontos 16 e 17 estão neste momento bastante ultrapassadas pelas circunstâncias. E portanto, eu penso que, sem prejuízo de o irmos reponderar, primeiro se calhar eu sugeriria, pediria, invitaria a quem apresentou Moções que tivessem em conta os conhecimentos da realidade que se tem hoje — infelizmente é pior do que aquilo que se conhecia na altura e ultrapassam a questão do Centro Hospitalar do Baixo Vouga, cujo plano estratégico eu continuo à espera, num outro chapéu já há algum tempo e que espero que venha a ser produzido. Não me parece que seja neste momento a questão mais candente, mas é uma questão importantíssima que não pode ser esquecida e crucial.

E por outro lado, nós vamos tratar deste tema provavelmente nessa altura, com mais conhecimento, em função dos desenvolvimentos que estão a acontecer.

Eu devo dizer que do ponto de vista da lógica, me custa imenso marcar uma assembleia extraordinária para tratar de algo que já está na agenda.

Eu percebo o impacto político, mas uma coisa é o impacto político outra coisa é a lógica, infelizmente a política não é feita de lógica sempre.

E devo dizer que este é um tema que já está agendado, já estava agendado, aliás nem sequer foi iniciativa da Mesa.

Portanto nós estamos aqui a colher louros que não são nossos, foi o nosso colega deputado do BE e colegas deputados da maioria PSD/CDS que fizeram essas propostas e, portanto, eu acho que esse será o momento oportuno, como diria, salvo melhor opinião nossa. Mas para já parece-me que isso é o que é a lógica e por outro lado a consideração da realidade impõe.”

Membros da Assembleia

Vogal Marques Pereira (PS):[021](#)

“Eu acho que seria prudente, aliás eu tinha anunciado isso antes de vossa excelência tomar posição, antes de ter chegado ao hemiciclo, que era pedir cinco minutos regimentais de intervalo da Assembleia para conversarmos em conferência de líderes, se vossa excelência assim o entender. Enfim, as forças políticas poder-se-ão encontrar em outras circunstâncias, mas parece-me que a conferência de líderes com vossa excelência presente faria mais sentido. Era essa a consideração que queria deixar, mas pedir os cinco minutos regimentais para podermos conversar todos,”

Presidente da Mesa:[022](#)

Vogal Jorge Nascimento (JPA):[023](#)

“O que eu queria referir Senhor Presidente era muito simplesmente isto: pode haver problemas, pode o município de Aveiro, a gente de Aveiro, esta Assembleia, ter de tomar posições face a esta investida da Portaria 82/2014 que não se compadeçam com a natureza de uma Moção. É só isto. E portanto ficar prejudicada. Eu não sei qual seja, não é Senhor Presidente. Há-de nascer do debate e da discussão e tal. Mas pode haver necessidade de se tomarem medidas administrativas ou coisa do género.”

De seguida, nos termos regimentais, o Presidente da Mesa da Assembleia[024](#) interrompeu os trabalhos para reunir com os líderes dos grupos municipais e o Presidente da Câmara. Retomados os trabalhos, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da continuidade da ordem do dia estabelecida.

Presidente da Mesa:[025](#)

“Bem vamos começar com o Período da Ordem do Dia, tem o Senhor Presidente da Câmara a palavra durante dez minutos.”

PONTO 1. – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL DE 22FEV14 a 11ABR14.

(O texto da [Informação Escrita](#) do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta ata, em anexo).

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação da Informação Escrita.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara: [026](#)

“Enfim, uma nota muito sumária, porque obviamente a maior parte das questões, a maior parte e as mais importantes questões que temos na actividade municipal, têm pontos específicos como bem sabemos na nossa ordem de trabalhos. E, portanto, enfim, é mais para também estar ao dispor. Eu queria só realçar duas questões de tipologia diferente. Em primeiro lugar e para falar de matérias diferentes, para isto não ser só dívidas e auditorias e problemas, falar da nossa Feira de Março — tem corrido muito bem. Lembrar a todos que ainda lá podem ir. Tem sido um episódio que corre com alegria, felicidade, temos tido a ajuda do São Pedro que nisto tem uma importância relevantíssima como temos boa consciência. É a nossa edição 580, é uma edição de transição entre metodologias que foram sendo seguidas nos últimos anos e as novas metodologias que já estamos, algumas delas, a serem testadas. A maior parte delas obviamente ainda em fase de conceção e de discussão interna. Mas deixar esta nota: temos uma Feira que é uma marca distintiva do nosso município que é uma marca importante, ainda por cima nesta altura do país em que não há eventos análogos na pátria e por perto, muito menos. E portanto deixar esta nota de chamada de atenção para este tempo de festa, também de convívio, com uma referência do nosso município, da nossa região, que é a nossa Feira de Março. Tivemos muitos problemas! Foi de facto verdade a possibilidade de não a fazermos. Mas conseguimos ultrapassar todos os problemas, alguns que nunca serão públicos porque não é saudável, mas o que é importante é que temos uma feira que está a funcionar, a funcionar bem, com muita presença de muitos cidadãos.

E a segunda nota que quero destacar tem a ver com as operações de São Jacinto. Estas lutas antigas e de facto tivemos essa possibilidade de conseguir o Visto, é tácito mas é visto, vale tanto como os outros. E quer dizer que de facto na estrita lógica legal não tínhamos condição de ter o visto e basicamente por causa da forma errada com que a Câmara Municipal geriu a Lei dos Compromissos, mas conseguimos demonstrar pelo conjunto de argumentos e a troca de comunicação com o Tribunal foi profusa, formal e informal, e conseguimos sensibilizar para a importância desta obra para o seu sentido de oportunidade, pelo facto de termos financiamento comunitário. E portanto estamos já a terminar os actos preparatórios para que nos próximos dias a obra arranque. Com a outra felicidade que para nós era uma preocupação enorme que é a execução simultânea com a obra que já está no terreno da Polis Litoral Ria de Aveiro, num projeto da Câmara Municipal que quisemos alterar de forma sensível nos últimos dois meses, que é a qualificação da frente Ria, de toda a frente Ria entre o portão da entrada no RI10 e o antigo portão de entrada nos Estaleiros de São Jacinto.

E portanto, vamos ter também essa operação feliz que era uma enorme preocupação estas duas obras não serem em simultâneo. A segunda ia causar grave dano sobre a primeira e portanto temos esse episódio no terreno esperando obviamente que as obras corram bem que não haja problemas que às vezes aparecem em obra e que apenas tenhamos todos a compreensão com os incómodos inevitáveis que a obra causa, não há volta a dar-lhe. Mas como eu sempre gosto de dizer, felizes os incomodados por uma obra, é sinal que ela se está a executar e é melhor sermos incomodados pela obra do que sermos incomodados pelos discursos de que ela nunca mais se faz e que deixamos passar o tempo. E portanto são estas duas notas de realce. Estando depois obviamente ao dispor para qualquer questão que os colegas entendam por bem. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁷

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimos senhores deputados municipais, excelentíssimo Senhor Presidente de Câmara e demais presentes. Senhor Presidente de Câmara, olhando para aquilo que é a Comunicação que nos traz hoje, duas notas, várias questões. Vamos ver que dúvidas nos consegue sanear. A primeira questão é a seguinte: esta Comunicação do Presidente volta a cometer a mesma enfermidade que a última, que era não corresponder portanto àquilo que são algumas necessidades legais, nomeadamente a apresentação de Contas incorporadas na Comunicação.

Nós já na penúltima vez chamámos a atenção para isto. Creio que o Senhor Presidente terá ficado de corrigir este lapso, não o corrigiu! Ora a repetição do erro não o engrandece.

Segunda questão. Primeiro naturalmente o PCP partilha da grande preocupação que a auditoria revela que é portanto a possibilidade de termos uma dívida de cento e quarenta milhões de euros, com a possibilidade de ascender aos cento e cinquenta milhões de euros!?

Ora esta situação confirma de facto que não obstante, enfim, os pozinhos da dívida que se conseguiu subtrair no anterior mandato, a verdade é que nos traços gerais a dívida mantém-se. O problema não foi resolvido por PSD e CDS nos anteriores dois mandatos, anteriores a este, naturalmente. Portanto a situação é preocupante! Com o agravamento de que hoje o município está em piores condições e o próprio país para responder à dimensão da dívida. Agora aqui várias questões em relação ao documento. Tudo bem, o estilo é positivo, tem algumas informações com certeza que valorizamos todos, tudo bem. Mas há outras questões que o PCP gostaria de trazer aqui hoje.

A primeira e isto não tem qualquer tipo de hierarquização! Esta apresentação das questões. A primeira prende-se com a abertura da ligação à A25, à zona das Agradas do Norte. Esta é uma questão que já aqui trouxemos, já foi sendo respondida, mas de facto custa um pouco ver aquela obra, enfim, a olho nu acabada e não servir as populações.

Segunda questão Parque da Sustentabilidade. O Parque da Sustentabilidade vai andando. Está ali, está previsto ali na Avenida Dr. Ravara 60 dias que agora já serão para ai 40 para terminar aquela obra. Mas há ali um problema que é o facto daquilo não ter uma previsão de lugares de estacionamento para o Conservatório.

Ora isto cria ali um constrangimento grave aos músicos, às famílias dos músicos, corpo docente, outros profissionais. Ora parece-nos que, e colocamos a questão, é possível fazer ali um arranjo urbanístico que possibilite enfim o mínimo de comodidade?

Terceira questão situação da antiga lota de Aveiro. A situação portanto não se resolve, não se resolve há anos, há décadas mesmo. E atualmente está ali um foco de marginalidade complexo que em nossa opinião tem que ter portanto, já não exigimos uma resolução imediata, mas uma minimização de prejuízos rápida.

Aquela é uma zona, um foco, de marginalidade. Já aconteceram ali episódios muito graves, muito graves mesmo. É uma zona onde há jovens, onde há populações, gente que gosta de passear e de facto aquela situação tem que ser ou resolvida ou muito minorada nos seus prejuízos.

Terceira questão. É anunciado no documento que está em curso a construção da Unidade de Saúde de Esgueira, o Centro de Saúde de Esgueira!? Isto é uma coisa muito positiva. O PCP saúda esta Unidade, há anos que andamos com isto, portanto com a necessidade de Esgueira ter o seu Centro de Saúde novo. Contudo preocupa-nos que em Cacia a situação não se tenha desenvolvimentos e quem vai ver a circunstância

em que está o Centro de Saúde de Cacia, aquilo é (peço desculpa) de terceiro mundo. É inadmissível que de facto a Saúde no nosso concelho esteja naquela situação. Chamamos também a atenção para o facto de que a Unidade de Saúde de São Jacinto está com telhas de amianto. E à luz daquilo que é sabido, não é portanto uma situação a manter. Ainda em São Jacinto chamamos a atenção para as obras do Centro de Alto Rendimento de Surf, que neste momento estão a evoluir a olho nu a “passo de caracol”! E de facto questionamos que fazer? Peço desculpa pela sucessão de questões, mas enfim.

Em relação ao Plano de Mobilidade. O anterior executivo, sublinho PSD/CDS, andou anos e anos e anos a empalear com o Plano de Mobilidade. Continuamos sem ter um Plano de Mobilidade apresentado. Questionamos como é que está este processo? Porque num concelho em que se faz, em que a mobilidade não é uma questão qualquer, é muito mais importante do que o comércio, porque mexe com os nervos de um concelho, portanto é essencial, até quando se fazem projetos, parques de estacionamento, pelo menos haja um Plano de Mobilidade apresentado que se possa discutir.

Duas questões para terminar. Qual a situação e se há novidades em relação ao mega agrupamento e ao projeto de Mega Agrupamento no sector da Educação, que previa a extinção das escolas Homem Christo e João Afonso em Aveiro?

Ora não tem havido desenvolvimentos em relação a isto. Não temos, nós PCP, naturalmente, grandes dados sobre isto e questionamos como é que está essa situação? Da nossa parte obviamente, com o encerramento da Homem Christo e João Afonso, seriam terríveis notícias para os estudantes, para os professores, para o concelho, para o município e para a cidade.

Última questão, coloco-lhe esta, se souber responder, admito que possa não saber, mas veja lá se sabe? É simples porque eu procurei ver e tal e não encontrei, em quantos processos jurídicos esteve envolvida a empresa Aveiro Expo nos últimos anos? No último mandato? Sabe? Se atualmente faz parte de algum processo em Tribunal? Se está numa posição de litigância? Obrigado.”

Vogal Ivar Corceiro BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[028](#)

“Bem, boa noite a todos os presentes. Eu quero falar sobre a questão da auditoria e da dívida, mas há um ponto específico para essa matéria portanto vou falar nesse ponto, embora ele venha também na Comunicação do Presidente.

Tenho três pontos para fazer uma pergunta. Primeiro a Unidade de Saúde Familiar de Esgueira, foi feita a adjudicação da construção da Unidade de Saúde Familiar de Esgueira, é uma boa notícia de facto, mas é-nos dito que a nova Unidade de Saúde fica localizada no terreno adjacente à escola de ensino básico Aires Barbosa, que é atualmente ocupado pelo Pavilhão das Cardadeiras onde está o Clube do Povo de Esgueira. E depois é-nos dito que estão a ser tomadas diligências para resolver esta situação com alternativas para a atividade ao Clube do Povo de Esgueira, mas não diz quais são. E portanto era isso que eu estava a perguntar tendo em conta que há outro pavilhão, há outras instalações que não são neste momento mínimas para o clube, que é um clube de bairro e que põe muitos jovens a praticar desporto.

Avaliação do estado de conservação dos edifícios municipais. Sobre isto eu gostava de dizer que seria bastante oportuno ter uma preocupação muito especial também com os edifícios da habitação social, concretamente os do bairro de Santiago, que esperam há anos por uma reabilitação, aqueles que são ainda propriedade da Câmara Municipal. O BE tem conhecimento, aliás é do conhecimento público, os casos da água amarela,

da água a degradar-se, portanto é do conhecimento público o péssimo estado dos mesmos. É muito, muito, por responsabilidade dos últimos oito anos de governação onde não houve um euro de manutenção naqueles edifícios.

Depois Tribunal. Olhando para a informação que chega da Divisão Jurídica é possível perceber e até é normal a existência de muitas ações de contencioso. Algumas têm a ver com empresas outras com o STAL, etc. Mas eu não encontrei uma que tem a ver indiretamente com a Aveiro Expo!? É público, também veio no Jornal de Notícias, é público que existe neste momento um diferendo grande entre aquele que era o Administrador do Aveiro Expo até ao início do presente mandato e a própria Câmara. Não há nenhum documento, nem nenhuma informação sobre isso, se calhar porque é extemporâneo, admito que sim, mas foi público também que a Câmara considerou que houve por parte daquele Administrador atos ilícitos, nomeadamente no recurso ao cartão de crédito, portanto de gestão, coisas que prejudicaram aquilo que é o erário público. Pergunto se isto é verdade mesmo ou se foi só uma notícia de jornal e o que é que a Câmara pretende fazer a nível legal com essa alegada ilegalidade? Pronto é tudo.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [029](#)

“A Informação e a Comunicação que o Senhor Presidente deve trazer sobre a actividade da Câmara e o nosso Regimento e a própria Lei enfocam um aspecto. Salientam um aspecto e por o salientarem já de si lhe dão nota de uma suprema importância que é a situação financeira.

Reiteradamente, já aqui foi dito e eu não deixo de sublinhar, o Senhor Presidente da Câmara faz na sua Comunicação e penso que em nenhuma trouxe essa informação financeira. Eu tinha pensado até antes deste ponto ser posto em discussão, fazer aqui um requerimento ao abrigo do Regimento, no sentido do ponto ser retirado pura e simplesmente da ordem de trabalhos.

A Mesa naturalmente recebe os documentos para serem tratados aqui e eu lembro que na alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º diz assim – “Compete a esta Assembleia apreciar em cada uma das Sessões, uma informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade desta e da situação financeira”.

Portanto a situação financeira, o legislador deu-lhe suprema importância. Tanto que até a autonomiza da própria Comunicação. Quer dizer, a Comunicação contém isso, é um acrescento, é importantíssimo.

Não se faz nada sem finanças, portanto as finanças são a mola real da atividade de qualquer executivo e, portanto, o executivo deve trazer essa informação. É estranho, estranhíssimo mesmo, que tenha feito esta omissão em todas as Comunicações que aqui faz. E eu peço ao Senhor Presidente da Mesa que de futuro não aceite o documento, não aceite este documento, sem vir com um Balancetes elucidativos que permitam a todos e a cada um de nós e à própria Mesa saber como é que evoluíram as finanças. Mas não é trazer os números é preciso trazer a evolução. É preciso dizer assim, no ponto de partida estava assim, quando terminou está desta maneira. Leva-nos a crer, isto não é um atrevimento é uma ilação que se tira, que a Câmara terá medo de prestar a informação financeira, porque a não ser assim, se o Presidente da Câmara é uma pessoa consabidamente inteligente, percebe os problemas, sabe dos seus deveres e eu questiono-me, porque é que não vem essa informação com a Comunicação do Senhor Presidente? É a questão. O Senhor Presidente deve responder a isto com toda a clareza para que os munícipes fiquem inteirados ou possam fazer também, nós estamos aqui em representação dos munícipes e, portanto, os munícipes lá fora através da informação

que daqui sai e da informação que nós lhe dêmos consigam perceber qual a razão desta omissão.

Quanto à Comunicação em si, portanto eu vinha preparado para me escusar desta discussão sequer.

Quanto à Comunicação. A Câmara tem pouco para nos dizer. De facto é uma Comunicação um tanto vaga, prima pela vacuidade, nada de concreto e que nos possa elucidar daquilo que se fez no terreno. A Comunicação refere de objetivo, precisa para preencher até enaltecer que o Benfica e o Arouca. Não que sejam importantes, mas precisa de uma Comunicação dar dignidade, o futebol tem muita importância, mas uma Comunicação da Câmara precisa estabelecer e consignar aqui num ponto autónomo. A EMA cedeu o seu estádio para se realizar o jogo de futebol do Arouca e do Benfica. Quanto a isto custa dizer-se e diz-se em psicologia, se assim é na montra o armazém é fraco. E portanto a Comunicação para mim é fraca.

Vou reservar o meu tempinho para depois responder ao Senhor Presidente.

Anote aí se faz favor ou quem o secretariar que ainda tenho cinco minutos e quarenta. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa:[030](#)

“Eu comecei por pensar que o Senhor Dr. não estava a falar a sério, mas realizei à medida que ia falando que estava! E portanto dou-lhe os parabéns por manter o seu sentido de humor Senhor Dr. É sempre com muito gosto que eu o ouço.”

Vogal Paulo Marques (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[031](#)

“Boa noite Excelentíssimo Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal, restantes membros do executivo, colegas e cidadãos.

Eu vou começar por uma pequena nota relativamente a esta intervenção do Sr. Dr. com todo o respeito. Como sabe a Comunicação resume-se basicamente a isto: um documento onde o Presidente de Câmara menciona aqueles aspetos mais relevantes, não todos, os mais relevantes, que aconteceram num determinado período de tempo, nomeadamente aquele que medeia a última Assembleia Municipal e a que se segue. Reparou também que a grande parte da informação que consta dos 17 Pontos que temos pela frente é com toda a certeza e vai ser com toda a certeza debatida aqui nesta Assembleia e portanto, se tivéssemos aqui uma Comunicação com todos os pontos que estão a Assembleia tinha apenas Ponto de Ordem e Comunicação, ponto final parágrafo.

Este é o meu entender. Com tudo, relativamente à Comunicação do Senhor Presidente dizer o seguinte: todos os pontos, senão quase todos, já aqui afirmei, vão ser debatidos ao longo destas Sessões que vamos ter pela frente. Mas há um que o Senhor Presidente já focou e que com todo o respeito atrevo-me a dizer algo mais. São Jacinto.

São Jacinto não é uma freguesia qualquer. Paga, sempre pagou desde sempre os “custos” de ser uma freguesia que está dividida por uma barreira natural. E a pergunta que logo se coloca a muitos de nós é: quando foi a última vez que foram a São Jacinto? E porquê? Não é porque nós não gostemos das pessoas de São Jacinto, mas que por vezes nem sempre é possível ir de ferry e quando não é possível e durante muitos anos não foi possível. E quando não é possível, a distância também não ajuda a que haja às vezes vontade de ir visitar uma terra que é bem bonita.

São Jacinto de facto, pela informação que vem aqui na Comunicação e que já aqui foi mencionada pelo Senhor Presidente, falo da questão da requalificação da frente Ria e da questão da construção do Núcleo de Apoio à Pesca, cais dos pescadores, é mais do

que isso. São Jacinto está em transformação e uma dessas transformações passa logo desde logo pelo areal.

É que se a sul estamos aos poucos a ficar sem areal, mas a praia de São Jacinto, a nossa única praia de Aveiro, felizmente está aos poucos a ver o areal a crescer. Resultado obviamente do crescimento do molhe norte. Mas é um facto que isso está a acontecer e São Jacinto precisa mais do que nunca aproveitar estes inícios de mudança e aproveitar aquilo que o mar tem de melhor. E o areal é algo que São Jacinto tem de bom, precisa aproveitar a Ria e precisa aproveitar outras infraestruturas que existem e que podem ganhar outra escala com estes investimentos que estão agora a surgir e que são desejo de muitos anos.

Falo de outra coisa que todos nós ou quase todos de certeza nos esquecemos. É que Aveiro tem parque de campismo! Aveiro tem Parque de Campismo. Tem uma gestão autónoma mas é preciso pensar também e tenho a certeza que esta Câmara pensou nisso também, e isto é apenas aquilo que eu penso sobre São Jacinto, aquilo que existe em São Jacinto pode ganhar escala com estas obras. Pode ganhar escala e retirar proveito de tudo o que tem em termos de condição natural. E é importante de facto que estas obras aconteçam, que não haja percalços, porque mais do que nunca aquela ideia de terra desterrada e muito bem que o Senhor Presidente disse na altura certa, de facto tem de deixar de ser uma terra desterrada, porque estas gentes de São Jacinto são iguais às gentes de todas as outras freguesias da nossa cidade e merecem como todas as outras freguesias, merecem também que o investimento se reflita nas suas freguesias, nas suas gentes, no seu comércio, no seu turismo, enfim tudo aquilo que possa levar ao desenvolvimento há muito desejado e que durante muitos anos foi esquecido e por vezes atendendo àquilo tudo que eu disse, às razões que já aqui aponte, não é porque o queiramos, mas também às vezes esquecemos. Disse.”

Vogal João Barbosa (PS)⁰³²

Vogal Francisco Picado (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³³

“Muito obrigado Senhor Presidente, boa noite Senhor Presidente da Câmara, restantes vereadores, caros colegas, público.

Relativamente à Comunicação do Senhor Presidente três notas breves. A primeira relativamente à informação financeira, sendo que duas questões são repetidas, a questão do foro legal — e esta com aspecto particularmente relevante, porque apesar do Senhor Presidente recomendar que façamos a leitura da Comunicação da Auditoria e do Relatório e Contas de 2013 em conjunto, de facto a informação financeira que está presente nestes três documentos reporta à data 31/12/2013!?

E portanto não há nenhuma nota sobre o primeiro trimestre de 2014. Nós já vamos em Abril e, portanto, seria importante perceber qual é a evolução desde essa data até ao momento.

Uma repetição também relativamente ao custo da “nova estrutura” da Câmara Municipal, que já foi referida pelo meu colega Marques Pereira, sendo que o Senhor Presidente se comprometeu a responder por escrito. E portanto seria de esperar que nesta Comunicação estivesse essa informação.

Mais duas notas relativamente às feiras. O Senhor Presidente falou na feira de Março e também já foi aqui levantada uma questão relativamente àquilo que nós podemos esperar em termos da Agrovouga. Sendo que também é uma feira, enfim, emblemática da região, embora com outras características e, portanto, gostaríamos de perceber exatamente o que é que podemos esperar relativamente à realização da feira ou não e em que moldes?

Finalmente há aqui um ponto que se refere ao estado de conservação de edifícios municipais. Eu esperaria ver também um ponto relativamente ao estado de conservação das estradas municipais. Sendo que e aproveitando algo que o Senhor Presidente disse há minutos, os aveirenses com certeza gostariam de ser muito mais incomodados pelas obras do que pelos buracos. Disse.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[034](#)

“Boa noite a todos. Na Comunicação do Senhor Presidente gostava de abordar dois temas. O primeiro é sobre o protocolo entre a Câmara Municipal e as corporações de bombeiros do concelho, Bombeiros Velhos e Bombeiros Novos.

Este protocolo teve em consideração a relevante atividade do interesse público em prol da população aveirense, no âmbito dos fins que o prosseguem, para além da disponibilidade permanente para o sistema de Protecção Civil em geral e para o Serviço Municipal de Protecção Civil de Aveiro em particular.

Por outro lado este protocolo permite às Corporações dos Bombeiros do município saberem quanto e quando recebem o apoio do município para a prestação deste digno e imprescindível serviço à comunidade.

Este protocolo permite também de uma vez por todas, definir quem é quem, na prestação dos serviços de Protecção Civil Municipal, pois a existência da Protecção Civil Municipal enquanto tal, com a sua diminuta capacidade de atuação era quase mais um corpo de bombeiros no concelho, mas com diminuta ou nula capacidade de atuação em casos concretos.

O fim da Protecção Municipal enquanto quase mais uma corporação, passando a sua actividade no terreno para os bombeiros era há muito desejada e útil aos aveirenses.

À Protecção Civil fica a caber, como deparei, o estudo e o levantamento dos riscos e aos bombeiros da cidade a atuação em caso de necessidade.

Gostava que sobre este tema o Senhor Presidente nos explicasse sobre como vai ser de futuro a atuação nos casos de emergência.

Queria também fazer uma breve abordagem a São Jacinto. Eu sou um apaixonado por São Jacinto, por aquela terra. Por isso, para mim, São Jacinto é a nossa praia, tem a nossa marginal, tem os nossos pescadores, tem as dunas, tem a reserva natural, tem bons e aprazíveis restaurantes onde a nossa gastronomia é muito bem tratada e por isso não posso deixar de enaltecer tudo o que lá em São Jacinto se vai fazendo para melhorar as condições de vida dos seus habitantes e de quem faz daquele lugar bonito, aveirense, um lugar de lazer.

Por isso não posso deixar de referir as obras a levar a cabo, finalmente, para que cada vez menos os habitantes locais sintam que vivem na ilha.

Estou a falar naturalmente da aprovação pelo Tribunal de Contas com vista à obra, ao fornecimento e montagem do núcleo de apoio à pesca de São Jacinto. Obra há muito querida pela população desta localidade.

O núcleo de apoio à pesca é uma obra no valor de setecentos mil euros, ou ainda mais, obra financiada com 75% por fundos comunitários.

Esta obra consiste na construção de um cais de estacionamento e alagem, diversos passadiços de distribuição de embarcações em quebra-mar flutuante, protegendo estas infraestruturas da acção nefasta das intempéries. Cria-se uma estrutura destinada ao apoio da pesca artesanal, potenciando assim uma actividade local, valorizando os produtos da pesca, melhorando as mesmas, ao mesmo tempo as condições de segurança da realização da sua actividade.

Lembrar que conjuntamente com a realização desta obra está também no terreno por parte da Pólis Litoral Ria de Aveiro, as obras da frente Ria ou da sua marginal, entre os Estaleiros de São Jacinto e o Quartel Militar. Sendo estas duas obras importantíssimas para os habitantes de São Jacinto são-no também para os aveirenses.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰³⁵

Vogal Susana Esteves (PPD/PSD)⁰³⁶

Vogal António Costeira (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³⁷

“Obrigado Senhor Presidente. Boa noite a todos. Eu aproveito esta oportunidade para em primeiro lugar agradecer as palavras aqui proferidas pelo Paulo Marques e pelo Manuel Prior sobre São Jacinto, uma vez que de vez em quando também é bom ouvirmos palavras de apreço e consideração sobre a nossa terra.

Em segundo lugar, registando a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, para me congratular e ao mesmo tempo manifestar o meu total contentamento pelo facto de finalmente podermos vir a ter o Porto de Pesca para os pescadores.

Durante estes últimos anos, não foram poucos, parece-me na minha humilde opinião que ninguém valorizou este equipamento. De orçamento para orçamento, de ano para ano, nunca foi finalizado aquilo que inicialmente São Jacinto tanto precisa. Por isso neste momento congratulo-me por esse facto por finalmente podermos ter uma obra que não é uma obra só para os pescadores, é o ponto de partida na minha opinião e sempre o disse, que sem porto de pesca São Jacinto não poderia crescer — e parece-me que estão dados os primeiros passos. Não são só os pescadores que vão ficar melhor, penso que São Jacinto irá ficar também melhor.

O facto da obra acontecer ao mesmo tempo que a requalificação da marginal da Ria, não vejo problema algum porque efetivamente o resultado final vai ser muito melhor do que aquilo que estamos a passar agora. Muito obrigado.”

Vogal Ana Seiça Neves (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³⁸

“Eu hoje, deve ser por causa da época, estou assim um bocadinho boazinha, não vou incomodar durante muito tempo. Então começo por dizer que me congratulo com o facto da Câmara e a Assembleia Municipal irem celebrar o 25 de Abril, que é uma data que eu reputo de muito importante para toda a gente e que ao longo do tempo eu fiz várias vezes esse apelo e nunca foi ouvido.

De maneira que devo dizer que vejo com muita satisfação essas comemorações e aguardo depois para dizer do meu gosto ou do meu menos gosto, daquilo que foi feito. Para já considero que é uma boa iniciativa e dou os parabéns.

Quanto à Actividade Municipal, quero também dizer que, aguardo que finalmente a água do lago do Parque Infante Dom Pedro realmente seja limpa e que os patos e a outra fauna que lá anda possa finalmente viver de uma forma mais saudável, para a alegria dos pequenos e também dos adultos.

Bom, vejo com alguma preocupação esta alteração às acessibilidades externas que vão ser executadas junto da escola EBI da Vera Cruz, na Rua do 1.º Visconde da Granja. Isto porque trata-se de uma rua que é estreita, só quem passa lá todos os dias é que verifica como é difícil às horas das entregas das crianças na escola, está ali uma fila enorme de automóveis que os pais saem dos carros e vão levar as crianças lá dentro. Não é isso que eu estou a pôr aqui em questão, não sei de que maneira é que vão fazer esta alteração, porque inclusivamente o passeio também é estreito. Portanto não sei, eu

gostaria que houvesse uma explicação para isso. E achei curioso também a forma como isto está dito, do acesso e largada das crianças na mão! Não me pareceu assim uma coisa muito simpática, a largada das crianças na mão. É assim uma coisa que eu não achei uma coisa muito feliz!?

Eu gostaria também de perguntar como é que vão as obras dos pisos das estradas, porque realmente continuamos a constatar, depois de uma iniciativa, agora parece-me que está tudo mais parado.

Inicialmente começámos a ver que havia preocupação de arranjar realmente as estradas, mas agora não me parece que isso tenha acontecido. Então posso-lhe fazer notar que já não é aqui dentro da zona urbana, mas por exemplo na rua daquele restaurante João Capela, aquilo está uma coisa absolutamente insuportável. Aquelas ruas para ali, é impossível, os carros ficam todos destruídos.

Quanto ao volume processual. Eu verifico que são poucas as ações que entraram em 2014! São apenas estas ou isto já não está mesmo atualizado? Ou será que realmente a Câmara não tem problemas?

Ficaria muito satisfeita de saber que realmente a Câmara não tem esses problemas, mas não posso deixar de estranhar por exemplo, estranho de facto, uma ação de despejo de 2006, ainda está em execução — a entrega de uma casa por falta de pagamento de rendas desde 2006? Estamos em 2014! Quer dizer, é assim um bocadinho, não se percebe porque é que isto demorou tanto desde 2006. Que possa demorar algum tempo, tudo bem.

Depois verifico que há aqui muitos acordos! O Senhor Presidente quer explicar quantos acordos é que fez?

Como é que isso está a funcionar para pôr fim às ações? Suponho eu. E finalmente gostaria de chamar a atenção para o seguinte: o parque de estacionamento na Praça Marquês de Pombal não tem realmente muita adesão. Só quando há aqueles fantásticos julgamentos que vêm os colegas de Lisboa e mais as testemunhas, jornalistas e as pessoas todas, aquilo passa a ter realmente uma grande frequência. Mas este parque é explorado pela CPE, que explora também o parque de estacionamento junto ao Tribunal de São João da Madeira. E verificamos que as condições em São João da Madeira são incomparavelmente melhores em termos económicos, em relação àquilo que se passa em Aveiro.

Procuirei saber o porquê e dizem-me que tem a ver com os protocolos que são feitos com as Câmaras.

Vossa excelência não gostaria de fazer também um protocolo para que aquele parque pudesse ser revitalizado? Penso que seria proveitoso para toda a gente e creio que é tudo o que tenho para dizer hoje.”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[039](#)

“Muito boa noite a todos, Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores vereadores, senhores deputados.

Muito rapidamente, eu começava por me solidarizar com as preocupações do deputado Filipe Guerra quando questiona as escolas Homem Christo e João Afonso, eu acrescentava mais alguma informação que nos pudesse dar sobre a Escola Mário Sacramento.

Pronto, as obras pararam, aquilo está com mau aspecto em termos de funcionalidade, está um caos, se puder agradecia.

E já que estamos a falar em educação, também é uma das minhas preocupações, já aqui foi falado pela Dr.ª Ana Seíça Neves, a Escola da Vera Cruz. O projeto foi

alterado, já foi adjudicado. Sobre as preocupações da Dr.ª Ana confesso que também não tenho informação que me permita realmente avaliar como vai ficar.

Senhor Presidente com certeza que está atento, já deu provas de que está preocupado com a Escola da Vera Cruz e em pouco espaço de tempo remodelou, alterou o regulamento, já o adjudicou, portanto são boas notícias.

*Está para breve penso eu um novo regulamento das habitações sociais. Eu gostaria se possível Senhor Presidente que reconsiderássemos aquele aspecto preocupante dos chamados **chipelos**, se pudéssemos estudar uma maneira de dar uma arrumação àquelas barracas, que nós todos nos preocupamos com aquilo não é. Os canais, os turistas, aquilo cada vez cresce mais, cada vez há mais uma habitação, cada vez há mais uma telha, cada vez há mais uma porta, pronto, é preocupação, a Câmara saberá realmente que isso existe e vai na medida do possível resolver essa situação, não tenho dúvidas que vai.*

Senhor Presidente, li aqui na Comunicação que foi adjudicada a inspeção de elevadores. Muito bem. E porque falamos em elevadores, eu gostaria de se possível, pensássemos em reativar, em colocar de novo em funcionamento um elevador muito necessário, que é aquele junto ao cemitério sul, que é a passagem superior para peões junto ao cemitério sul e está há anos desativado. Já funcionou, agora está há anos desativado. Dada a proximidade dali do cemitério sul e quem vai aos cemitérios de uma maneira geral são pessoas de idade, são pessoas idosas, aquele elevador é muito importante, penso que concordará comigo que é uma das nossas preocupações.

A Feira de Março já se falou. Mas por falar em Feira de Março que é uma feira, eu dou os parabéns à Câmara Municipal, em particular se me é permitido ao Senhor Vereador Miguel Capão Filipe, naquele evento a que foi designado “Artes do Canal” mercado fusão. Bonito! Bonito! Tivemos oportunidade de um destes dias caminhar por todo o espaço onde está implantado esse mercado. Há vida, há animação, há alegria, e foi na verdade uma boa iniciativa. Felicito também pelo protocolo dos bombeiros. Já falei com os dois presidentes da direcção, não há dúvida nenhuma que eles estão contentes, é inegável.

A intervenção no Parque da Sustentabilidade, mais concretamente naquela preocupação que a Dr.ª Ana Seíça Neves se referiu, que é o Parque, o nosso Parque.

O Depósito da Água que vai ser conservado. E já agora uma preocupação também Senhor Presidente, ali mesmo junto ao poço da água, há uns anos eu participei nisso e defendi, foi ali inaugurada uma sede digamos assim, de uma instituição que se designava “Amigos do Parque”. Eu penso que isso hoje está desativado. Penso que está desativado. É uma situação delicada, se ainda está a ser utilizada naturalmente o melhor é estarmos quietos. Mas se está desativada, vamos averiguar, aquele espaço pode ser utilizado para outros fins ou pode ser intervencionado para outra atividade qualquer. E nada mais, obrigado.”

Vogal Simão Quina (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [040](#)

“Obrigado Senhor Presidente, Mesa, excelentíssima Câmara, caros colegas membros desta Assembleia Municipal, boa noite a todos. Duas breves notas. A primeira para felicitar o executivo municipal pelo visto do Tribunal de Contas em relação à obra do Núcleo de Apoio à Pesca e Cais dos Pescadores de São Jacinto. Felicitar pelas diligências que efetuaram para garantir a manutenção do financiamento dos fundos comunitários do PROMAR. Eu acho que é uma obra muito importante para São Jacinto. Uma obra que com certeza aumentará o número de visitas à freguesia e

consequentemente beneficiará a economia local que é algo que São Jacinto precisa muito.

A segunda nota é relativa à atribuição do estatuto de utilidade pública ao Clube de Andebol Alavarium. Muito mais importante que os títulos que conquistou, especialmente o inédito campeonato nacional da posição conseguida na época passada. É muito importante a formação que este clube tem, reconhecida pela quantidade e pela qualidade. Esta atribuição deverá também ser interpretada como um louvor pelo trabalho que este clube desenvolve em prol do desporto e da juventude aveirense. Muito obrigado.”

Vogal Marques Pereira (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[041](#)

“Senhor Presidente, Senhores Deputados. Alguns assuntos com a brevidade possível. O primeiro diz respeito a uma preocupação que o PS tem aqui dado voz nos últimos anos, que tem a ver com um problema de morosidade excessiva e crónica que é a revisão do Plano Director Municipal. Bem sabemos que as alterações legislativas dos anos anteriores criaram problemas de avanço da concretização e conclusão deste processo, mas essa justificação recorrente não justifica que o processo ande a passo de caracol. Não é justificação suficiente para que não tenhamos ainda, não digo a conclusão do processo, mas que o processo conheça uma fase mais final e que se aproxime da sua conclusão. Neste momento ninguém conhece, à exceção com certeza do executivo, o estado da arte, do desenvolvimento desse instrumento de gestão territorial, absolutamente decisivo para o nosso futuro coletivo. E é importante também que se dê nota do desenvolvimento das revisões e alterações, no âmbito das alterações que estão a ser produzidas em outros Planos, nomeadamente nos Planos de Pormenor, do Pólis enfim, etc.

O Planeamento foi uma área que ficou bastante comprometida nos anos anteriores. Era uma área que não exigia recursos financeiros, mas que exigia iniciativa. E foi uma crítica do PS nos anos anteriores, que essa iniciativa devia ser muito mais forte e que devia ser muito mais decisiva, no sentido de se procurar concluir esses processos.

Nós não conhecemos quais são os pilares em que assenta essas revisões. Há um conjunto de preocupações que nós temos aqui partilhado, nomeadamente com a separação de perímetros urbanos, que desconhecemos quais são os trabalhos ou as ideias que estão implementados sobre essa matéria, mas há outras que têm a ver com o desenvolvimento das nossas zonas industriais e aquilo que já foi falado e que eu também tive ocasião de referir, da mobilidade e naturalmente com a aprovação do Plano Municipal de Mobilidade, que tanto quanto julgamos saber, haveria uma empresa que teria essa incumbência, mas também desconhecemos qual o estado da arte em relação a essa questão.

É urgente que possa haver um debate profundo sobre as questões e as áreas do Planeamento do Território em Aveiro e antecipava as explicações que seguramente o Senhor Presidente dará sobre o estado destes processos, mas era importante que ela fosse mais abrangente e que pudesse ser mais participada.

E esta palavra participada, eu não queria que a interpretassem como uma palavra gasta do jargão político, mas queria que houvesse um efetivo envolvimento das forças políticas. O PS tem ideias claras sobre essas matérias, seguramente haverá ideias de outras forças políticas sobre esta questão e é importante que haja uma partilha, porque é do nosso futuro coletivo que se trata.

Um outro ponto diz respeito a uma questão, que aparentemente não será tão relevante como esta, porque não tem um carácter tão estratégico se quiserem, mas é preocupante

do ponto de vista de segurança. Há relatos recorrentes do aumento de arrumadores em Aveiro e com a pequena criminalidade associada a essa actividade.

Os relatos por exemplo no parque de estacionamento em frente ao Hospital distrital, são bastante preocupantes, com hordas de arrumadores que invectivam os automobilistas a pagarem-lhes, para enfim, para usufruírem daquele serviço e este serviço está naturalmente entre aspás. É urgente que se conheça qual é a política municipal ou quais são as diligências que o executivo e a Câmara estão a tratar para pelo menos não digo debelar porque isso provavelmente será uma impossibilidade, mas pelo menos retraindo a tendência e que essa curva comece rapidamente a descer, porque enfim a crise não será só a única justificação para estas ocorrências.

Terceiro lugar, associarmo-nos e congratularmo-nos pela questão da Unidade de Saúde de Esgueira ter finalmente, parece que esse processo finalmente arranca. Cacia ainda não e portanto também gostaríamos de ouvir as explicações do Senhor Presidente.

E por último saudar as cinco intervenções por parte da coligação, em relação a este pequeno avanço importante em relação a São Jacinto. É um amor recente, conhecemos alguns estados de alma de alguns senhores deputados do PSD e do CDS em relação a essa bela freguesia de São Jacinto, é salutar, mas queria lembrar-lhes a todos que é importante que nos concentremos no essencial. São Jacinto tem muitos problemas por resolver que tem vários anos. Por exemplo o Centro de Alto Rendimento de Surf caminha a passo de caracol a obra. Há um outro conjunto de investimentos que têm que ser feitos com urgência. Bem sabemos, dirá o Senhor Presidente, que quando tudo é urgente nada é urgente. Mas São Jacinto merece ser olhada com alguma discriminação positiva pelas razões que todos conhecemos! Queria saudar essa preocupação, associar-me naturalmente a ela com a única diferença é que essa nossa preocupação não é de agora. Disse.”

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[042](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Bem eu devo começar por congratular o Senhor Presidente e a vereação, pelo facto de ter sido possível finalizar a auditoria.

Eu acho que se nós queremos planear o que fazer em Aveiro, temos que ter um conhecimento exacto da situação, finalmente temo-la.

E queria apoiar um pedido que já aqui foi feito, é que da auditoria se retirem as consequências legais que devem ser retiradas. Estou certo de que o executivo o fará.

Relativamente a São Jacinto. Eu por acaso não tenho estados de alma — isso é uma coisa muito complicada. Mas relativamente a São Jacinto, eu pedia apenas ao Senhor Presidente que atentasse a um outro pormenor. Nós estamos a falar de obras e eu gostaria de falar de pessoas.

As pessoas que vivem em São Jacinto, têm naturalmente algumas desvantagens na sua vida, relativamente às pessoas que vivem na sede do concelho. E portanto, eu estou certo que o executivo, durante este mandato, encontrará as medidas necessárias para facilitar a vida dessas pessoas. E é esse o pedido que eu lhe deixo. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[043](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente, muito obrigado a todos. Vou procurar ser sucinto, objetivo, respondendo a tudo, deixando de lado, enfim, considerações genéricas. Agradecendo as palavras sobre aquilo que se fez de bem e obviamente ir às questões que são perguntas e que é minha obrigação e opção responder com clareza.

Ponto primeiro, a questão da informação financeira: dizer-vos o seguinte em relação a isto e a tantas coisas. Comemoramos para a semana seis meses de vida, seis meses muito intensos, basicamente alcançando os objetivos que tínhamos referenciado com um senão, era nossa perspectiva acabar este semestre já com uma visão clara sobre a estratégia para a resolução financeira.

Não o pudemos fazer porque, como é público, não há segredos, o Governo ainda não apresentou sequer a primeira versão do Fundo de Apoio Municipal.

E portanto o único grande objetivo que vamos falhar. Porque já sabemos que o Governo não vai apresentar até ao dia 23 de Abril, é essa componente porque a estratégia que foi desenhada para esta primeira fase do mandato, foi a auditoria, tirar a tal fotografia, e termos desenhada pelo menos já com bom esboço a estratégia de reestruturação financeira.

Mas é a vida. Obviamente que temos trabalhado com o Governo, temos insistido, temos pressionado, mas enfim por um conjunto de motivos que agora não interessam, vamos fechar o nosso primeiro semestre de trabalho sem ter sequer a primeira versão do Fundo de Apoio Municipal, que não permite obviamente esboçarmos essa estratégia em termos globais porque obviamente ela já tem um conjunto de notas, de decisões, como é evidente, algumas delas até já implantadas, mas obviamente não há condição sem esse instrumento de termos a estratégia definida, estratégia em termos operacionais, não estamos a falar de questões de princípio.

E portanto lembrar a todos, temos seis meses intensos, ativos, eu sempre gosto de lembrar que sou marinheiro, os senhores vereadores que comigo governam a Câmara, não sendo marinheiros, nenhum deles de currículo e de genética têm vocação marinheira também, porque aceitaram o meu convite de integrarem esta navegação de mar agitado. E há uma boa regra dos marinheiros: é que nós antes de partirmos para o mar aparelhamo-nos em terra!

E o que estamos a fazer é exatamente isso, é aparelhar bem o navio, para a navegação, para chegarmos ao porto que definimos ao final de quatro anos.

E dizer-vos isso, enfim, em jeito de contributo para esta avaliação da actividade municipal, que cumprimos basicamente os objetivos que fixámos para este primeiro semestre — sabendo que o grande objetivo deste primeiro semestre é aparelhar a embarcação, para não fazermos aquilo que se fez de errado, que é largarmos amarras, sem aparelharmos e depois obviamente só pode dar asneira.

E muitas vezes isso não depende do marinheiro, depende mesmo da condição de logística que se estabeleceu. Um bom marinheiro, extraordinário, que se faça ao mar sem aparelhar o navio vai sair asneira garantidamente.

E portanto é esta a operação e muitas das questões que tomei boa nota, de todas elas, têm a ver obviamente com os seis meses e apenas garantir-vos que os próximos seis meses vão ser muito mais realizadores.

Vamos ter muito mais notícias, embora, enfim, nós sempre gostamos de sorrir para esta coisa boa que é ouvirmos o Dr. Jorge Nascimento que acha que não se fez nada!? E eu acho apenas que o Dr. Jorge Nascimento, que é um homem sério, não leu o documento da Actividade Municipal, porque de facto a diversidade de episódios na área da cultura, do turismo, de tantas áreas, é de facto grande nestes seis meses.

Mas pronto, quando a gente não lê os documentos ou quer fazer de conta que a realidade não é da realidade, pois com certeza dá para dizer coisas como aquela que acabou de dizer. Ou o Senhor João Barbosa que já está um bocado cansado de ver notícias da Câmara nos jornais e de ver a minha fotografia!? Pois devo-lhe garantir que se vai cansar muito mais. Embora nós não nos metemos com a liberdade dos

jornalistas, já aqui dissemos isso, repito, nós não telefonamos a jornalistas para pedir notícias. Nós não condicionamos a liberdade da nossa comunicação social.

Portanto alguma diligência vossa excelência tem que fazer, diretamente, influenciando, pressionando os senhores jornalistas para não darem tantas notícias sobre a actividade da Câmara e para não publicarem tantas fotografias. Portanto é um acto que fica para si. Da minha parte continuarei a fazer um exercício livre de governar com aqueles que compõem a equipa que lidero com todo o gosto e de cumprir a minha obrigação e o acto solidário de comunicar e de informar, deixando aos senhores jornalistas o seu trabalho, com absoluta liberdade, é esta a forma também de comemorarmos o tal Abril que uns tanto falam e que depois têm alguns incómodos quando outros o praticam.

E portanto deixar-vos nota que em princípio, não na próxima semana, na semana seguinte, portanto naquela semana em que mistura o fim de Abril com o princípio de Maio, enviaremos o primeiro conjunto de mapas, mapas novos, que desenhámos para sustentar a informação financeira.

E portanto fizemos um trabalho interno, com os nossos serviços, sobre minha orientação. Esse trabalho dos serviços já me está apresentado, já me foi apresentado exatamente na passada segunda-feira, entendo eu que ainda há ali algum ajustamento para fazer porque há um tipo de coisas que eu não vos quero mandar, se vocês quiserem que eu vos mande o balancete diário da situação financeira da Câmara e das empresas municipais, enfim, mando, podemos mandar, enfim a importância e a relevância política e o vosso trabalho para perceber aquilo é capaz de não servir para coisa nenhuma. Portanto estamos a formatar mapas que não tínhamos formatados, mecanismos de comunicação, não só para a Assembleia Municipal, para os cidadãos, porque parte deles, não todos, independentemente dos senhores membros da Assembleia partilharem informação que lhe damos com os cidadãos isso pertence ao vosso livre arbítrio, há a informação que vai ser pública, colocada num sítio específico novo do nosso site, há outra que será enviada regularmente aos membros da Assembleia e até vamos deixar de cumprir o preceito de vir agarrado à informação da Assembleia e passar a ter o preceito de uma regularidade temporal para acederem na plataforma que todos usamos à informação.

A lógica é uma lógica de informação total, de termos indicadores para poder medir com facilidade, de não termos documentos que são difíceis de digerir para não financeiros, que somos a maioria de nós todos e, portanto, este é o exercício que estamos a montar e que vamos partilhar com todos, apenas pedindo desculpa por ainda não termos conseguido acabar esta diligência. Mas se olharem com profundidade, a toda a documentação e seguramente que a estudaram completamente, todas as suas páginas, deste caudal de contas que trazemos a esta Assembleia, verificam que estão aqui horas, e horas e horas de funcionários, que obviamente têm um dia que também só tem 24 horas, ainda têm que dormir um bocadinho e cuidar enfim, da sua capacitação e das suas responsabilidades pessoais. E portanto estamos a montar a operação, acho que aquilo que já temos hoje, posso dizer isto, que naquela semana que mistura Abril com Maio, já poderemos facultar o primeiro grupo de mapas com informação tratada, sendo que sempre que algum membro quiser informação do mais absoluto pormenor, com certeza que é marcar dia e hora e estará à sua frente alguém com competências técnicas para dar toda a informação — isto a quem quiser tratar essa matéria com mais pormenor.

Agras do Norte, obviamente vou seguindo nesta fase as notas do Filipe Guerra, algumas foram repetidas e portanto não voltarei a elas. Agras do Norte está difícil, em ver que a construção, Dr. Jorge Nascimento, é uma construção à sua moda, porque de facto é, o executivo anterior fez a obra, é bom, o actual tem os problemas burocráticos

não consegue resolver, é mau! Pronto e está uma conclusão tirada, enfim viva a vida e a democracia dos 40 anos de Abril!

Mas há apenas uma nota, é que a Câmara anterior fez uma obra ilegalmente! E como a obra é ilegal e o dono da bola tem a bola na mão e não passa a bola, porque nós não podemos ligar aquela obra à A25 sem que o dono da A25 nos permita, não podemos jogar.

Conclusão Dr. Jorge Nascimento, a outra Câmara é boa porque fez a obra, esta é má porque não consegue resolver o problema burocrático.

Pois devo dizer-lhe que uma Câmara normal, teria licenciado o projeto antes de se aventurar a fazer a obra. Isto é uma Câmara normal. Uma Câmara não normal faz obras clandestinas ilegais como aquela é e estamos a resolver o problema com uma dificuldade acrescida. É que ninguém gosta de licenciar uma obra feita clandestinamente. Ninguém gosta. E quando deparamos com uma entidade, que ainda por cima está num processo de fusão de três entidades, a mudar instalações, a instalar mecanismos de interação novos, obviamente temos um problema acrescido e é público o que se passa com o novo Instituto de Mobilidade e Transportes.

Portanto estamos na luta, vai acabar bem, vai acabar bem, mas ainda temos que debelar os problemas que temos porque a última decisão que o IMT teve, foi igual à penúltima e à antepenúltima, que foi chumbar o projecto porque a obra está feita ilegalmente e não cumpre preceitos legais básicos daquilo que respeita às regras legais de relação de uma via de inserção urbana com uma autoestrada, porque é disso que estamos a falar.

O nosso Parque de Sustentabilidade dar nota que está em curso nesta fase nova de lançamento dos concursos. A água vai ser trabalhada como num dos projetos do concurso, como está além do mais explicado. E Filipe Guerra, uma das alterações que fizemos ao projeto, foi exatamente naquela zona contígua ao Conservatório, de facto fizemos uma alteração ao projeto, que já está parcialmente em obras, obviamente só mais na ponta final é que se nota, para termos ali uma pequena bolsa de estacionamento.

Portanto as viaturas vão poder entrar, largar as crianças junto à porta, e sair e na zona de saída, temos uma bolsa se a memória não me traiçoa com 12 lugares de estacionamento. Se não são 12 são 14, portanto é uma bolsa um bocadinho mais pequena do que a que tínhamos lá dantes, mas muitíssimo maior do que aquela que estava em obra porque era zero, não havia nenhuma bolsa de estacionamento lá. Portanto essa intervenção está feita, sem custos porque o ajustamento que se fez ao projeto em sede de obra não trás custos acrescidos como se pode depois especificar.

A antiga Lota. Estamos a trabalhar na antiga lota para haver uma intervenção rápida de limpeza numa interação de cooperações entre a APA e a Câmara e estamos no mundo à procura de investidores para podermos fazer daquilo alguma coisa. Aliás nisso também em relação ao Rossio. A única coisa que o João Barbosa disse e que eu concordo é que, se algum dia construirmos algum parque de estacionamento no Rossio ou em qualquer outro sitio, será sempre por debaixo de, pela própria natureza de ser subterrâneo. E portanto, se viermos a constituir um parque subterrâneo debaixo do Rossio, há uma coisa que estamos de acordo, ele está debaixo do. Se vamos construir ou não e a sua informação da reunião que tive está absolutamente falsa, deturpada, embora eu sei como é que ela se deturpou, depois especialmente posso-lhe dizer com pormenor para não estar aqui a cansar toda a gente, embora percebo quem tirou isso assim, pronto fez uma pequena nota, um enxerto de uma intervenção e depois não saiu exatamente bem. Mas estamos de acordo, se houver parque subterrâneo, será sempre debaixo do Rossio.

O USF de Esgueira e de Cacia, cuidado e calma, ok? Em relação a Cacia, o processo está mais adiantado, estamos em visto do Tribunal de Contas, com todas as dificuldades, o Tribunal de Contas não quer dar o visto, por uma questão muito simples, a Câmara de Aveiro não cumpriu a Lei dos Compromissos. Estamos na luta, uma luta pesada e estamos a resolver finalmente o que faltava dos terrenos de Cacia, porque não tínhamos terrenos em Cacia para construir.

Em Esgueira o processo vai um bocadinho mais atrás, adjudicámos, contratámos e está-se na fase de preparação de envio para visto. Vamos obviamente aprender com Cacia, porque obviamente tudo de Esgueira é igual a Cacia no que respeita ao visto do Tribunal de Contas, com a nuance que foi um processo em termos de adjudicação bem mais complicado. e aí poderemos ter algumas questões, mas em tudo o resto eles são iguais.

Em Esgueira a questão que temos é uma outra que é a questão do nosso pavilhão das Cardadeiras, está a ser trabalhado com o Clube do Povo de Esgueira, temos soluções alternativas que neste momento devem exigir recato por causa do processo negocial, são boas soluções alternativas, com proximidade, impecáveis, eferreá. Temos que manter recato porque não há negócio nenhum feito, há concorrência nessas hipóteses alternativas e, portanto, o recato é fundamental.

Mas estamos no sofrimento, porque o princípio base na aplicação fundamentalista da Lei é que não teremos visto.

Estamos na luta e a ver se na luta conseguimos ter sucesso. E obviamente ficamos satisfeitos com aquilo que aconteceu em São Jacinto, temos bons argumentos no que respeita às USF, mas o Tribunal é soberano e o Juiz, nós nem sequer sabemos se o Juiz é o mesmo que visou tacitamente São Jacinto.

O Car Surf de São Jacinto a passo de caracol, é isso mesmo, é o que vemos, é o que sabemos. Um empreiteiro em agonia e uma negociação que ainda não conseguiu desbloquear o processo, espero que proximamente consigamos resolver.

Uma empresa agora mudou de director de obra, apresentou um cronograma novo para resolver, enfim é um filme dramático, não exatamente por causa da obra, por causa da situação do empreiteiro que ainda não está resolvido. Já reunimos também com o administrador que está a gerir o PER, a empresa está em PER e, portanto, vamos ver se temos sucesso proximamente embora com esta dependência externa.

Homem Christo e João Afonso. E sei que há aqui gente com vontade de discutir tudo ao mesmo tempo. É preciso calma. É evidente ao Senhor Presidente de Junta Fernando Marques, não é preciso dizer-lhe nada, porque ele sabe, esteve na última reunião, foi a primeira reunião nossa com os nossos Presidentes de Junta sobre a Revisão da Carta Educativa e, portanto, estamos a começar a conversar, a reunir entre nós todos e portanto a história de acabar com a Escola a, b, ou c, para nós é história. É património e para nós não é mais nada que isso.

Neste momento a estratégia é estudar, discutir com todos os nossos parceiros principais neste dossier, nomeadamente o Ministério da Educação, que é um parceiro fundamental e vir a tomar decisões.

Portanto falar que vai acabar a escola a ou b, é recalçamento histórico, não tem nada a ver com discussões, nem com reflexões, nem coisíssima nenhuma. Não vale a pena arranjarmos fantasmas para andarmos aqui a arranjar problemas porque os problemas que já temos chegam e além do mais sobram alguns.

Processos da Aveiro Expo, temos vários. Podemos também facultar informação à Assembleia com a relação dos processos que estão em Tribunal na Aveiro Expo. O último está conhecido. Nós normalmente não entra para a relação enquanto não tiver a reacção da Câmara. Portanto o processo foi metido por uma outra parte que é

conhecida e agora estamos na fase em que a Câmara, no caso a Aveiro Expo, está a preparar a apresentação dos seus argumentos em sede do processo. Mas sem questão nenhuma, nós que não gostamos de fazer notícias com processos judiciais, mas damos toda a informação, com todo o rigor.

O estado de construções de edifícios de habitação social, vamos lá com calma. O relatório dos edifícios está pronto, a operação da habitação social vai arrancar.

O que se passa na nossa habitação social é gravíssimo. A degradação física e nalguns aspectos social é gravíssima.

O que se passa por exemplo com a água amarela é dramático. Um concurso que teve já dois empreiteiros e qualquer um dos dois empreiteiros desistiu de fazer a obra. Repito, desistiu de fazer a obra e, portanto, estamos a preparar uma operação que está neste momento apenas em fase de estruturação. Estamos à espera da confirmação de que vamos ter instrumento nos Fundos Comunitários para fazer essa operação, neste momento o que sabemos é que vamos ter, falta a confirmação para iniciarmos um processo que vai ter uma equipa técnica em dedicação exclusiva, na área da engenharia, da arquitectura e da intervenção social, para trabalharmos todos os nossos bairros. E não é Santiago o Bairro que tem os problemas mais graves. Temos outros bairros com problemas muito mais graves, que estas coisas dos bairros não se medem aos palmos, medem-se à dimensão dos problemas da natureza física e da natureza social e, portanto, é isto que estamos a preparar, esperando que se confirme que vai haver um bom instrumento financeiro, porque atualmente não há instrumento financeiro.

Relembro, a nossa Câmara tem cento e quarenta milhões de euros de dívidas, que podem aceder a um número final bem mais próximo do 151,1 milhões — e tem apenas quarenta e quatro milhões de receita.

Sempre que queirais mais uma obra, é bom que tenhamos consciência que a queremos, que temos que lutar por ela para a sustentação financeira, mas que a temos que embrulhar na resolução de um gravíssimo problema financeiro que a nossa Câmara está metida. E obviamente temos as mãos na massa em relação às duas frentes.

A história do Arouca, isto é uma nota simples, quer dizer. Achámos que era relevante pela delicadeza de já estarem a dizer que a gente tinha dado o estádio ao Arouca, que não sei do quê, estes negócios um bocado estranhos que às vezes acontecem no nosso estádio e são imensos que a história tem. Adjudicações de boca, cedências de boca, as coisas mais inimagináveis! Nós não. O nosso primeiro acto tem formalidade e tem posição pública. E é assim que nós trabalhamos e que vamos trabalhar. Formalidade e transparência. Não tem a ver com mais nada.

Aliás, a única cláusula contratual do contrato não foi cumprida, porque quando fechámos o negócio com o Presidente Carlos Pinho do Arouca, estava combinado em acordo parassocial que o Arouca ia ganhar ao Benfica. E correu absolutamente mal e portanto essa componente do acordo parassocial, não foi cumprida. Embora entendemos que por toda a ambiência volta do estádio, a volta do Beira-mar, de um conjunto de práticas muito complexas, este primeiro acto nosso, tinha que ter formalidade e exposição pública.

O João Barbosa falou de uma coisa muito importante, que vamos ter que trabalhar nela, vamos ter que montar uma equipa técnica que ainda temos dúvidas se pode ser interna ou se temos obrigatoriamente que ir a uma prestação de serviços externa, que é todo o complexo de questões chamemos da engenharia dos nossos canais urbanos. Como nós dizemos, canais e pontes. Porque temos a olho, múltiplos problemas que nos preocupam imenso. Temos há uma década, arredondando a conta, uma obra

importante nos nossos canais, mas obviamente só quem não sabe o que é um canal e as dinâmicas deste tipo de terreno e que não sabe que é preciso cuidar sempre.

E a nossa Câmara não tem equipa interna, não sabe o que se passa, não tem relatórios de nada, não fez coisa nenhuma ao longo de todo este tempo.

Para já parece-nos que temos alguma competência interna técnica, mas não teremos toda, e estamos à procura de perceber isto bem para decidir para onde e que vamos, para auditar, projetar, e obviamente depois correr atrás de capacidade financeira para dar qualidade, dar sustentabilidade, sabendo que há coisas aos nossos olhos que nos preocupam desde logo, sem ser preciso chegar nenhum engenheiro nem nenhum relatório, mas estamos obviamente a montar essa operação.

A EDP, não sei se sabem, ficam a saber hoje, que já há muitos meses e há poucas semanas a nossa EDP esteve para cortar todo o fornecimento de energia a todos os edifícios municipais. E portanto estamos num estado muito mau porque nem sequer cumprimos as nossas obrigações financeiras com a EDP, nem sequer aquelas que já acordamos mesmo pelo meu antecessor, com planos de pagamento, para pagar dívidas que não pagámos. E portanto estamos neste momento na EDP e em tantas outras coisas. Por isso é que baixou muito Sr.^a Dr.^a o número de novos processos, porque estamos também na nossa moratória. Pedimos a toda a gente, um tempo para pormos a casa em ordem e para podermos negociar acordos, arranjar sustentabilidade financeira e também com a EDP.

Com a EDP já acordamos uma reestruturação do acordo de pagamento, está acordada, está para começar a ser cumprida, para que isto vá com calma e direitinho e que as lâmpadas que temos sejam acesas e consigamos que a EDP venha fazer investimento.

A EDP também nos disse quando fechámos o negócio, para retirar o tal PT do antigo Depósito da Água “Senhor Presidente, o Senhor quer investimentos e como e que e os nossos pagamentos?” E pronto, fizemos um acordo da tal replanificação do acordo, para conseguirmos conquistar esse investimento, etc.

Em relação a Agrovouga, não há nada de novo em relação à última resposta que eu dei aqui mesmo, julgo que é memória de todos.

Relatório das estradas. Vai à próxima reunião de Câmara. Precisamos de um bocadinho mais de tempo, queríamos muito que o relatório das estradas fosse em simultâneo com o dos edifícios, não conseguimos. Está pronto, foi-me entregue hoje mesmo e vai ser despachado. Os senhores vereadores obviamente vão ser os primeiros a conhecê-lo, todo um trabalho feito, enfim, no caso pelo nosso vereador Jorge Ratola e por toda a nossa equipa técnica dessa área. Está pronto, vai a reunião de Câmara da próxima quarta-feira dia 23 e obviamente, também dele daremos nota pública e à Assembleia Municipal também.

Vera Cruz EBI, nós a única coisa que fizemos na EBI foi tratar do projeto da escola, que tinha um conjunto de deficiências que já aqui expliquei, não vou repetir. O projeto da estrada de alterar os circuitos envolventes manteve-se, como entendemos que é um bom projeto, está correto. Apenas se esqueceram de uma coisa – é que não puseram a abra na empreitada. E portanto temos de arranjar uma solução para essa parte. Mas o plano de alteração de mobilidade à volta da escola, nós achamos que é um bom plano, está bem feito. Agora andamos à procura da solução para pagar o troço que vai permitir a nova acessibilidade, que recua o muro da antiga frente da escola, permite o acesso em duas vias, permite que se possam largar as crianças do lado da porta da escola. Não é que haja um perigo muito grande que as crianças atravessem a estrada, mas é preferencial nestas coisas das escolas que possamos ter uma largada do lado do portão da escola e isso vai permitir uma entrada nova. A entrada deixa o lado poente e

passa para o lado norte, que é o lado novo que a escola passa a ter e portanto, estamos apenas agora a encontrar a solução para fazer a obra e para a pagar.

Da zona do Canal de São Roque dar-vos nota que já temos o relatório completo, com caracterização sumária, mas já com alguma oportunidade física para agora começarmos algumas ações de diligência junto de nós próprios, entidade Câmara, e de um conjunto de entidades privadas para iniciarmos um processo de qualificação física e social daquela área, onde há dos problemas mais difíceis e mais complexos que temos em mãos. Mas obviamente vamos trabalhar e vamos atalhar esta questão.

Tomei nota da questão do elevador. Senhor Presidente não lhe sei responder. Mas tomei boa nota para lhe poder depois responder como deve ser, que é com qualidade e é com objetividade.

Planeamento. Já há dias falámos muito numa reunião de Câmara, o partido socialista levou esta questão, aquilo que expliquei é que o profundo lançamento desta operação espera a nova estrutura orgânica. Portanto Maio é o nosso mês de arranque na matéria do planeamento porque o nosso planeamento atual é um planeamento estranho. Temos duas divisões a fazer planeamento sem interligação uma com a outra, com um processo muito complexo. E portanto, a nova estrutura orgânica vai fazer a integração de tudo, e essa nova equipa que estará mandatada no dia 1 de Maio de 14 vai iniciar com um mecanismo de base que está já definido, o pegar neste processo e lhe dar rumo. E vamos conversar sobre isto em actos informais numa primeira instância, porque obviamente esta é um área como bem disse que exige uma ampla participação. Sabendo que também estamos em fase de mais uma reforma legal e temos de estar atentos a ela, como não pode deixar de ser.

Os arrumadores é uma matéria que tem tido muita atenção nossa, quer social, quer policial. Obviamente mantemos recato na abordagem pública ao dossier, mas estamos a preparar uma ação clara, cristalina e consequente. Haverá seguramente algumas vozes que ficaram com as suas notas do costume, de reserva, mas estamos com essa matéria na nossa mão para tratarmos bem de problemas graves. Sabendo que cada vez mais conhecemos as operações, estamos a falar de redes, estamos a falar de operações com comando, não estamos a falar de atos desgarrados. E portanto, esta matéria não pode ser trabalhada “à papo seco” permitam-me a expressão. E é isso que estamos a fazer, dentro de casa, com os nossos parceiros fundamentais, nomeadamente a policia de segurança pública, procurando perceber bem e agirmos de forma não avisada prévia, não haverá pré-aviso, mas cuidada na componente social e na componente policial, porque se trata de uma matéria com complexidades aos dois níveis. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[044](#)

“Bem, sobre a questão da manutenção do bairro amarelo, é precisamente isso que nos distingue. Aquilo que se exige de uma governação de Aveiro, e já agora do país também, é que tudo não seja feito em torno de uma dívida. É claro que a dívida é grande, é claro que já todos sabemos disso. Aliás, a dívida de 140 milhões pelos visto já todos sabíamos que era de 140 milhões e tem aí sentado quem o sabia. O anterior presidente desta assembleia municipal está aí ao seu lado e assistiu a muitas discussões sobre a dívida aqui. Nós agora vivemos temos de reserva imaginária, mas eu sou do tempo em que os vereadores falavam e se lhe perguntarem tenho a certeza que lhe vai dizer isso mesmo.

Só uma nota sobre a EDP, eu não o sabia, parece que esteve perto de cortar o fornecimento a todos os edifícios municipais. Isso é a assumpção de que a privatização da mesma foi uma grande asneira e de que quem a fez foi o seu governo. Aliás, nós vamos discutir isso mais à frente, não vou estar agora aqui com pormenores, mas as contas que vão ser apresentadas demonstram um aumento brutal com o fornecimento de energia elétrica. Isto é fruto de políticas erradas que o seu partido teve e está a ter no governo. Obrigado.”

Presidente da Mesa:[045](#)

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[046](#)

“O Senhor Presidente utilizou a linguagem metafórica de um marinheiro. E eu digo que o senhor presidente, em dezanove de setembro do ano passado, confrontou-se com o lobo-do-mar. Um comandante que soube gerir a dívida e que digo-lhe isto com certa gravidade. Olhe, o senhor em dezanove de setembro esteve na rádio Terra Nova, foi reportado pelo Jornal de Notícias, e Élio Maia disse-lhe assim: o senhor vai contar com 150 milhões euros de dívidas. E o senhor Presidente disse: isso dívida é o que menos importa, eu saberei ultrapassar.

O Senhor Presidente confrontou-se com aquele autêntico lobo-do-mar que tomou a Câmara com 260 milhões de dívida. E não fez o alarido que V. Exa tem feito, não sei para quê! A câmara tomada por Élio Maia, foi a inspeção do IGAT, não foi uma auditoria interna feita pelo senhor Presidente, que rubrica as folhas todas. Nós todos acreditamos em si, mas é uma parcialidade. Com a oportunidade do contraditório do anterior presidente, foi chamado a pronunciar-se sobre isso, e a inspeção deu 260 milhões de dívidas. Soube enfrentar os credores, reduzir a dívida em oito anos para praticamente metade, e nós o que lhe deixamos é o desafio para V. Exa fazer o mesmo.

Vexa. vem, nós sabemos qual é o objetivo. V. Exa quer massacrar os aveirenses com uma subida de taxas e de impostos que lhe sejam da sua competência, e tem como objetivo preparar o estrado para depois vir lançar isso tudo. É o que estaremos para ver. Quanto a isso não vou adiantar mais por agora.

Quanto à estrada nas Agradas é uma constatação. Vexa encontrou a estrada feita para ligar à A25. V. Exa avoca-se com grandes influências nas instâncias do poder, mas eu digo, Vexa pelo menos naquele caso concreto, zero. Zero. Mais zero.

Mas eu vou-lhe dizer. A obra foi autorizada pelo Senhor Secretário de Estado. Quando a obra estava feita apareceu o InIR a dizer. Como é aqui o problema da manutenção deste troço até à rotunda? E gerou-se ali um problema: a Câmara estava para resolver assumindo ela o encargo de fazer essa reparação. O que é um facto é que a estrada estava feita e o Senhor Presidente não conseguiu ultrapassar esse problema até agora! Vão seis meses, isto é, vai um oitavo do seu mandato sem Vexa conseguir resolver um problemzinho tal como é lidar com um membro do governo. Ou então temos de tirar a conclusão que o governo tem caprichos em relação a Vexa não sei porquê. É só isso e mais nada, porque se não isso estaria resolvido.

Vexa também não falou da rotunda do Bota-fogo!? Não teve resposta para isso. Era uma coisa que estava com as expropriações feitas, há orçamento feito segundo um projeto, Vexa ainda não arranjou meios para fazer essa rotunda!

Vexa diz que a sua comunicação tem obra de monta. Enaltece é certo a obra de São Jacinto, é certo.

É boa para os pescadores de São Jacinto. Mas é preciso que saibamos que não é uma obra monumentosa em termos de custos financeiro. É uma obra é certo de 700 mil

euros, mas isto para uma Câmara não significa muito. Significa muito para um particular.

O Senhor precisa de fazer bandeira de uma obra, porque não fez outra, de 140 mil contos, que porventura ainda é participada. É isso, a sua comunicação é só cosmética. Obrigado.”

Vogal Paulo Marques (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴⁷

“Eu estou espantado com estas palavras do Dr. Jorge Nascimento relativamente a São Jacinto! Senhor Dr. com todo o respeito obviamente, porque isto é o diálogo partidário a questão é tão simples quanto isto. O que está aqui em causa não é o valor da obra. O que está aqui em causa é a oportunidade de investimento e aquilo que ela vai refletir na população local. Isso é que é importante.

Porque as obras custam o que custam, tem a oportunidade de construção quando tem de acontecer, o dinheiro é obviamente importante, mas mais importante é perceber se aquilo que se investe o dinheiro que é investido em determinado equipamento, seja em São Jacinto seja noutra qualquer tenha resultados práticos em termos de benefícios para a população local.

Até podia ser uma obra de dez mil euros. Mas o que é certo é que é uma obra de já há muitos anos, de muitos executivos, e ela está finalmente a acontecer. Não aconteceu com o Dr. Élio Maia, foi pena, está agora a acontecer. E é isso que importa. E é isso que nós estamos aqui a fazer. É apoiar quem está neste momento com o processo em mãos. É o Eng. Ribau Esteves poderia ser o Dr. Eduardo Feio, não interessa. O que interessa é que ela é uma obra que está em execução e ela vai ter com certeza reflexos. Quanto ao valor, custa o que custa, vale o vale. Disse.”

Vogal Maria Arminda (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴⁸

“Eu lamento, sou muito amiga do Dr. Jorge Nascimento, de há muitos anos, mas lamento que ele não aproveite o tempo a objetividade dos assuntos aqui trazidos a esta câmara e tenha até hoje demonstrado uma “sarna” e que me incomoda como cidadã me incomoda. E também este apoucamento ao Presidente da Câmara. Está-me a incomodar este tipo de atuação e pedia-lhe encarecidamente que nas outras intervenções trouxe-se conteúdo à intervenção e fosse objetivo quando intervém. Obrigado ”

Presidente da Mesa:⁰⁴⁹

“Eu pedia também aos senhores deputados para falarem para a Mesa e que as bilaterais as façam privadamente. Tenho que lhe dar a palavra, tenho.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 35.º do Regimento:⁰⁵⁰

“Trouxe à coação a imagem que o Senhor Presidente. A minha intervenção foi séria, foi tenaz, foi contundente. Mas em política é assim! Eu não desrespeitei de forma nenhuma o Senhor Presidente! O que eu lhe disse foi simplesmente, agora mais serenamente, o senhor presidente disse que era um marinheiro que se apetrechava em terra. E eu disse: olhe o senhor teve um marinheiro muito melhor que o senhor presidente, que foi Élio Maia, que é um lobo-do-mar, porque encontrou uma dívida maior que a sua, não fez o mesmo escarcel...”

Presidente da Mesa:

“Senhor deputado eu dei-lhe a palavra para defesa da honra não para um comício, portanto faça favor...”

Vogal Jorge Nascimento (JPA)

“Mas oh senhor Presidente, eu só quis dizer que com estes epítetos de forma nenhuma quis desrespeitar o senhor Presidente. Só quis foi repor a verdade que anda muito arredia da política aveirense.

Portanto a minha estimada colega e amiga escusa de ficar tão abespinhada. Já agora, disse que era um problema de sarna eu digo que é um problema de abelhas. Escusava de ficar tão abespinhada com isso, com um ferrão tão grande, porque o ferrão toca num individuo que não é alérgico a nada disso, devo dizer.”

Vogal João Barbosa (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[051](#)

“O Senhor Presidente para me responder evocou o 25 de Abril e a democracia. E eu tenho dito já muitas vezes que vivemos já numa democracia de fachada, de interesses, e ditatorial. O Senhor Presidente não me respondeu à minha pergunta sobre a rua do gravito e o parque de caravanas.

E já agora senhor Presidente, com um sorriso nos lábios, dizer-lhe: o Senhor Presidente deu o flanco! Porque ficou mesmo incomodado com a fotografia!?”

Vogal Francisco Picado (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[052](#)

“Uma questão muito breve mas que retiro das palavras do senhor presidente, que já não é a primeira vez que faz alusão a uma questão que começa a ser alvo de alguma preocupação.

Podemos entender das suas palavras de que tem uma séria convicção que grande parte dos problemas da Câmara vão ser resolvidos com o FAM. E a pergunta é, quando é que chega? E a questão relevante é se tem algum plano alternativo e contingencial se alguma coisa falhar em termos daquilo que é supostamente de apoio do Fundo Apoio Municipal.”

Vogal Marques Pereira (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[053](#)

“Muito breve. Aparentemente a discussão que vamos ter com a auditoria, aparentemente o mote está dado. Eu só gostaria de dar nota do seguinte: há oito anos foram feitas duas auditorias no primeiro mandato do Dr. Élio Maia. Uma pela IGF e outra paga pela Câmara à empresa Auren.

Estão lá os documentos, estão lá os números. E foi pena que durante tantos anos se brincassem aos milhões! Os montantes estão lá. Dizem exatamente o montante de passivo e de dívida da Câmara e do grupo municipal. E foi com esses dados que o executivo anterior teve para trabalhar no sentido de inverter a tendência. E a conclusão é que não atingiu esse desiderato. Nós dizemos isso há vários anos, mas essa será uma discussão que nós inevitavelmente teremos quando discutirmos a auditoria. Disse.”

Presidente da Mesa[054](#)

Vogal Susana Esteves (PPD/PSD)[055](#)

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)[056](#)

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[057](#)

“Muito obrigado, senhor Presidente. Queria apenas dizer que as pessoas que tanto defendem o contraditório da auditoria terão toda a oportunidade de fazer o contraditório daqui a bocadinho. Daqui a bocadinho ou na próxima reunião.

E depois gostaria ainda de dizer ainda outra coisa. É que nós não podemos confundir burocracia com legalidade! Não podemos confundir aspetos da administração das coisas com respeito ou desrespeito pela lei. E eu acho que há aqui uma confusão nos acessos à A25.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[058](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Não preciso de tanto tempo. Para dizer ao Ivar Corceiro que era do tempo em que os Vereadores falavam. Olhe nós agora somos do tempo em que os Vereadores trabalham. Em que a equipa da governação é coesa, reúne, tem uma voz que decide de uma vez com base na opinião de cada um, mas quando acabamos as discussões é uma decisão. Querem ouvir os senhores vereadores? Olhem, apareçam nas ações públicas que são muitas, na vida das nossas associações, da nossa universidade e vão vê-los. Discursam bem, sabem o que dizem, representam a Câmara e portanto apareçam. A vida de um membro da Assembleia Municipal não é vir à Assembleia Municipal. A vida de um membro da Assembleia Municipal é ser autarca todos os dias. Apareçam. O nosso município faz imensas coisas. Talvez haja uma ou outra semana durante as cinquenta e duas do ano que nós não temos atos públicos e que não está presente um vereador. Obviamente, somos um município grande, faz muitas coisas, e não presidente de Câmara que chegue para as encomendas e por isso é que somos uma equipa. Querem ouvir os senhores vereadores, apareçam, participem, não fiquem no comodismo de virem à assembleia municipal. Ser autarca da Assembleia Municipal é ser autarca todos os dias, não é sentar uma dúzia de vezes aqui, as vezes que também cá temos que vir. E as equipas têm porta-vozes, tem lógicas de gestão, hoje falo eu, amanhã falas tu e num dia em que eu não poder vir cá estará aqui um vereador a representar a Câmara e a falar sobre tudo, como eu falo sobre tudo. Porque estes vereadores não sabem só falar sobre os seus pelouros, sabem falar sobre a sua Câmara. Sabendo que não vão encontrar aquelas coisas à moda antiga de a assembleia gostava imenso, era de se deleitar politicamente com as guerras entre os vereadores da maioria e a Câmara. E aí, não vão ter esse tipo de oportunidades, somos uma equipa, estamos a construir também a nossa equipa porque nunca tínhamos trabalhado juntos, temos de nos conhecer, de montar os nosso mecanismos de ação e de comunicação, e é assim que trabalhamos. É de facto uma nova lógica para trabalhar, para fazer, em que não há pelouros, nós somos todos responsáveis pela gestão da Câmara, coisa una e indivisa, apenas temos uma organização para obviamente responder a todos muitas solicitações que temos.

Dr. Jorge Nascimento deixar uma coisa clara. Terei sempre o máximo respeito por todos e os meus antecessores. Respeito pessoal e respeito institucional. As discordâncias políticas, as discordâncias sobre atos de gestão são de respeitabilidade ao mais alto nível por todos os meus antecessores. Não era capaz de chamar lobo-do-mar ao meu antecessor Élio Maia, porque sei que no currículo de vida dele nunca se dedicou às matérias marinheiras. Portanto nunca lhe chamaria lobo-do-mar. Nem o poria em debates onde ele não esteve. No debate de dezanove de setembro na Terra Nova, só faltou um candidato, foi exatamente o candidato Élio Maia. Portanto há aí um problema de baralhação factual de V. Exa, que é normal. Ultimamente V. Exa para

tentar defender argumentos baralha a realidade. É uma estratégia que respeito, mas não sigo. Sigo a estratégia da factualidade que é sempre a melhor das estratégias — factualidade.

Em relação à “sarna” da Arminda, agradeço a solidariedade, mas dizer-lhe que da minha parte Sr. Dr. terá sempre a minha paciência democrática para trabalharmos juntos, para nos entendermos uns aos outros, para nos ouvirmos por mais que às vezes nos dê vontade de nos coçarmos. Mas como dizia a minha tia Custódia “quando nos dá vontade de coçar, há que tomar uma ação rápida, que é coçar” E portanto é desta forma democrática que terá sempre da minha parte ouvi-lo, quer quando faz as suas intervenções mais notáveis, quer quando das suas intervenções menos cuidadas ou mais desqualificadas.

Francisco Picado. Dar nota de que o FAM o governo reitera que até ao final da sessão legislativa o processo legal de construção está pronto e teremos o FAM disponível no segundo semestre do ano. É isto que o governo reitera.

Estamos só à espera do FAM? Não. Mas á várias hipóteses. Não vou dizer que há aqui vários planos B ou C, mas há várias hipóteses de solução. Temos várias hipóteses. Obviamente que hoje na estrutura legal que o país tem, e nos instrumentos financeiros disponíveis em termos legais e na banca, a nossa Câmara não tem solução. Ok.

A nossa Câmara não tem solução. E como o governo sabe disto, porque é um governo atento ao que se passa ao país e é um governo sério, e tem trinta e três Câmaras, que ao abrigo da lei portuguesa, com os instrumentos financeiros disponíveis, não têm solução — bem sabe o Governo que tem de ter um instrumento novo.

Porque não estamos a falar de uma Câmara que de outrem que não do estado. Estas trinta e três Câmaras, mais as outras vinte e sete, que estão num estado próximo as estas, são coisa do estado, são parte do estado.

E portanto, este Governo finalmente não fez como os outros, que foi andar com coisas que não resolvem, que é andar a empalear. Como nós no Plano de Saneamento. E que o FAM for um mau produto, ouvir-me-ão a mim aqui a dizer que o FAM é um mau produto, que não serve, que não vamos pelo FAM por isto, por aquilo e por aquilo outro.

E portanto, é bom que tenhamos esta consciência, embora há várias soluções. Mas quando se pôs na lei das finanças locais o FAM porque nós não temos no nosso quadro legal, e a banca, porque nós temos aqui a banca com um papel importantíssimo de soluções para este problema. Mas obviamente é preciso olhar os instrumentos todos para seguirmos em frente.

Marques Pereira, obviamente vamos fazer essas conversas todos possivelmente na Auditoria. Mas atenção aos números. O Passivo da Câmara, que muitas vezes há gente que confunde Passivo com dívida, o Passivo da nossa Câmara são quase cento e noventa milhões. E às vezes quando se fala de números, não se está a falar da dívida, está-se a falar do Passivo. Quando com os números porque às vezes fala-se em números completamente errada. Nós na Auditoria, nas Contas, em tudo, os números são falados com absoluto rigor. E quando comunicarmos em nota sumária, manteremos o mesmo rigor apenas com menos palavras e menos números para que as pessoas leiam. Mas cuidado com os números. Há números diferentes, são ambos verdadeiros, mas falam sobre realidades distintas.

Manuel Prior, em relação à Protecção Civil é um passo muito importante. Temos catorze funcionários que fazem muito pouco a trabalhar vinte quatro horas por dia, sete dias por semana, à espera que o tempo passe, com subsídios em cima de subsídios para pagar obviamente essa condição. Não servem para nada, não é preciso para nada, é gente demais, vão voltar ao serviço de onde vinham, onde são muito precisos e

precisamos muito deles na nossa divisão de serviços urbanos. É para lá que eles voltam, é para lá que eles vão trabalhar muito, e seguramente bem.

A Protecção Civil nessa componente operacional está a cordada com os bombeiros, pela sua capacidade instalada. Sempre que haja tarefas extraordinárias em que seja preciso suplementar toda a divisão de serviços urbanos assume a condição de agir como instrumento de Protecção Civil, como além do mais manda a lei e o nosso plano municipal de emergência (não inventamos nada) e mobilizam-se os recursos na justa proporção das necessidades. É um passo fundamental, financeiramente também contribui para pormos as contas na devida ordem, ou melhorarmos, é mais um contributo para isso.

João Barbosa, em relação à Rua do Gravito é um mero estudo que temos. Não há projeto nenhum. É um mero estudo interessante. Devo dizer que o estudo da rua é interessante. Portanto vamos ver que instrumentos é que temos no futuro para transformar em projeto. Isso não é exatamente difícil. A ideia que está desenhada é uma ideia interessante que vale a pena aprofundar, discutir, e quando conseguirmos, termos capacidade para o poder vir a executar.

Quanto ao parque para autocaravanas, não temos nenhum. Temos um sítio onde param autocaravanas que é uma coisa diferente. Estamos a trabalhar, já vos disse isto. Há já um primeiro trabalho da nossa divisão de planeamento sobre hipótese de localização de um parque de autocaravanas mesmo. Não o acampamento ilegal e sem condições que temos.

Portanto esse trabalho está em desenvolvimento e procuraremos tê-lo pronto e procuraremos usar esse instrumento. Não é nenhum investimento do outro mundo. Tem a localização delicada, não é exatamente fácil. Discordando nós, em absoluto, do sítio onde está. Aquilo que não é sítio para aquele tipo de operações. Muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções, o presidente da Mesa deu por encerrada⁰⁵⁹ a primeira reunião da Sessão Ordinária Abril, informando que a próxima reunião da sessão será no dia 24 de Abril (5.ª feira), pelas 20:30 horas.

Eram 00:30 horas do dia 18 de abril de 2014.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.

(3:45)